



Universidade de Aveiro Instituto Superior de Contabilidade e Administração
Ano 2010

**Ivanilde Lurena
Coimbra dos Reis**

**O Impacto da Directiva 2006/43/CE nos Sistemas de
Informação Organizacionais**



Universidade de Aveiro Instituto Superior de Contabilidade e Administração
Ano 2010

**Ivanilde Lurena
Coimbra dos Reis**

O Impacto da Directiva 2006/43/CE nos Sistemas de Informação Organizacionais

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo de Auditoria, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos, Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dedico esta tese aos meus pais, Eufémio e Amélia, que me apoiaram incondicionalmente em todos os momentos da minha vida.

o júri

Presidente

Professora Doutora Helena Coelho Inácio
Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro

Professor Doutor Paulo Alexandre Pimenta Alves
Professor auxiliar da Universidade Católica Portuguesa

Professor Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos
Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro

Agradecimentos

Agradeço aos meus irmãos, ao meu tio João, a todos os meus familiares que me deram a coragem e a vontade de seguir em frente e atingir os meus objectivos.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos pelos conselhos oportunos.

Agradeço a Deus, por me ter dado a força para seguir em frente mesmo quando parecia que não havia uma saída possível. Também não poderia deixar de agradecer os meus colegas, funcionários do ISCA e amigos que de uma forma directa ou indirecta contribuíram para que este trabalho fosse concretizado, através do apoio nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Palavras-chave

directiva 2006/43/CE, corporate governance, sistema de informação, sarbanes - oxley act, escândalos financeiros

Resumo

O presente estudo tem por objectivo averiguar o impacto da Directiva 2006/43/CE nos Sistemas de Informação Organizacionais em Portugal. O estudo empírico realizado incidiu sobre as entidades de interesse público com valores cotados na *Euronext* Lisboa devido à sua importância. Para tal, elaborou-se um inquérito dirigido aos directores de informática das referidas entidades, obtiveram-se 27 respostas de um universo de 50 entidades, com valores cotados na *Euronext* Lisboa, a actuarem no mercado português durante o ano de 2009.

Os dados recolhidos permitiram concluir que a implementação da Directiva 2006/43/CE teve impacto sobre os Sistemas de Informação das citadas entidades, pois, a maioria dos respondentes 71,5% (n=15) considerou que houve impacto da referida directiva nos seus Sistemas de Informação, considerando este impacto positivo. Os resultados indiciam ainda que a implementação da Directiva em causa foi feita com recurso a “*outsourcing*”, sendo que a maioria das entidades 53,8% (n=14) considerou que a implementação da mesma tornou os seus Sistemas de Informação mais fiáveis. Como qualquer outro documento normativo, a implementação de uma directiva nas organizações implica custos, para que sejam feitas as necessárias adaptações. Neste caso, a maioria das entidades 66,7% (n=10) avaliou de forma positiva os custos associados à implementação da Directiva 2006/43/CE, o que indicia que as mesmas consideram este custo razoável, tendo em conta o retorno que podem advir da implementação da mesma.

Keywords

directive 2006/43/EC, corporate governance, information system, sarbanes-oxley act, financial scandals

Abstract

This study aims to assess the impact of Directive 2006/43/CE in the Organizational Information Systems in Portugal. The empirical study was focused on public interest entities listed on Euronext Lisbon, due to its importance. In order to achieve that purpose, we elaborated a survey directed towards the computing managers of the above mentioned entities, and obtained 27 responses in a global universe of 50 entities with securities listed on Euronext Lisbon and operating in the Portuguese market during 2009.

The collected data evidenced that the implementation of Directive 2006/43/CE had an impact upon the Information Systems of the aforementioned entities, as the majority of the respondents – 71,5% (n=15) considered the impact of the Directive in their Information Systems as positive. The results also indicate that the implementation of this specific Directive was accomplished together with ‘outsourcing’ measures, having the majority of the entities – 53,8% (n=14) considered that the implementation enhanced their Information Systems’ reliability. Similarly to what happens to other standards, the implementation of a Directive in the organizations demands costs in order to undertake the necessary adaptations. In this case, most of the entities – 66,7% (n=10) – assessed positively the costs associated to the implementation of the Directive 2006/43/CE, which indicates that the costs involved are considered reasonable, taking into account the return that may arise from the implementation of the Directive.

Índice

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 5 |
| 1.1 RAZÕES QUE ESTIVERAM NA ORIGEM DA LEI SOX E DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 5 |
| 1.2 GOVERNO DAS SOCIEDADES | 9 |
| 1.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAIS | 13 |
| 2 A 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 17 |
| 2.1 HISTORIAL | 17 |
| 2.2 OBJECTO E OBJECTIVOS DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 19 |
| 2.3 CONSEQUÊNCIA DA ADOÇÃO EM PORTUGAL DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 20 |
| 2.3.1 Criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria | 20 |
| 2.3.2 Alterações do Estatuto de Revisores Oficiais de Contas | 21 |
| 2.3.3 Alterações do Código das Sociedades Comerciais (CSC) | 22 |
| 3 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO | 25 |
| 3.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA | 25 |
| 3.2 OBJECTIVO DE INVESTIGAÇÃO | 26 |
| 3.3 AS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO | 26 |
| 3.4 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO | 27 |
| 3.4.1 Descrição da amostra, método de recolha, tratamento e análise dos dados | 27 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS..... | 29 |
| 4.1 ANÁLISE DESCRITIVA | 29 |
| 4.1.1 Enquadramento da organização | 29 |
| 4.1.2 Os sistemas de informações e a organização | 31 |
| 4.1.3 Implementação da 8ª Directiva (revista) | 39 |
| 4.2 ANÁLISE DE INFERÊNCIA ESTATÍSTICA | 47 |
| 4.2.1 Análise de hipóteses | 47 |
| 5 CONCLUSÃO | 53 |
| 5.1 PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO FUTURA | 54 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 55 |

Lista de siglas

| | |
|-------|--|
| ASI | Auditoria de Sistemas de Informação |
| BCCI | <i>Bank of Credit and Commerce International</i> |
| CE | Comissão Europeia |
| CMVM | Comissão do Mercado de Valores Mobiliários |
| CNSA | Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria |
| COBIT | <i>Control Objectives for Information and related Technology</i> |
| COSO | <i>Committee of Sponsoring of the Treadway Commission</i> |
| CSC | Código das Sociedades Comerciais |
| DF | Demonstrações Financeiras |
| EGAOB | <i>European Group of Auditors' Oversight Bodies</i> |
| EM | Estados Membros |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IFIAR | <i>International Forum of Independent Audit Regulators</i> |
| IOSCO | <i>International Organization of Securities Commissions</i> |
| IPCG | Instituto Português da <i>Corporate Governance</i> |
| ITGI | <i>Information Technology Governance Institute</i> |
| NIA | Normas Internacionais de Auditoria |
| OROC | Ordem dos Revisores Oficiais de Contas |
| PCAOB | <i>Public Company Accounting Oversight Board</i> |
| PE | Parlamento Europeu |
| ROC | Revisores Oficiais de Contas |
| RU | Reino Unido |
| SEC | <i>Securities and Exchanges Commission</i> |
| SI | Sistemas de Informação |
| SOX | <i>Sarbanes-Oxley</i> |
| SPSS | <i>Statistical Package for Social Sciences</i> |
| SROC | Sociedade de Revisores Oficiais de Contas |
| TI | Tecnologias de Informação |
| TIC | Tecnologias de Informação e de Comunicação |
| UE | União Europeia |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – PRINCÍPIOS DA SOX (ADAPTADO DE ANAND (2007, P.23), “ <i>ESSENTIALS OF SARBANES-OXLEY</i> ”). | 7 |
| FIGURA 2 – MODELO DE <i>CORPORATE GOVERNANCE</i> (ADAPTADA DE MORAIS E MARTINS (2007, P. 27), “ <i>AUDITORIA INTERNA: FUNÇÃO E PROCESSO</i> ” | 12 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 – FUNÇÃO DESEMPENHADA PELOS RESPONDENTES | 30 |
| GRÁFICO 2 – SECTOR DE ACTIVIDADE A QUE PERTENCEM AS ENTIDADES | 30 |
| GRÁFICO 3 – NÚMERO DE ANOS DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE NO MERCADO | 31 |
| GRÁFICO 4 – NÚMERO DE TRABALHADORES DAS ENTIDADES | 31 |
| GRÁFICO 5 - A IMPORTÂNCIA DOS SI NA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO | 32 |
| GRÁFICO 6 – CLASSIFICAÇÃO DOS SI RELATIVAMENTE À OBTENÇÃO DE INDICADORES DE APOIO À GESTÃO..... | 33 |
| GRÁFICO 7 - O CONTRIBUTO DOS SI PARA O DESEMPENHO | 33 |
| GRÁFICO 8 - O CONTRIBUTO DOS SI PARA A EFICIÊNCIA GLOBAL | 34 |
| GRÁFICO 9 - O IMPACTO NOS SI DAS POLÍTICAS REGULADORAS INTERNAS..... | 34 |
| GRÁFICO 10 - O IMPACTO NOS SI DAS POLÍTICAS REGULADORAS EXTERNAS..... | 35 |
| GRÁFICO 11 - PLANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS UTILIZADORES DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO | 35 |
| GRÁFICO 12 - A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO DESEMPENHO DOS SI..... | 36 |
| GRÁFICO 13 - EXISTÊNCIA DE UM DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL PELAS TECNOLOGIAS E SI..... | 36 |
| GRÁFICO 14 – RECURSO A <i>OUTSOURCING</i> NA ÁREA DE TECNOLOGIAS E SI..... | 37 |
| GRÁFICO 15 - PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE SI..... | 38 |
| GRÁFICO 16 - AVALIAÇÃO DOS SI PELOS UTILIZADORES | 38 |
| GRÁFICO 17 - EXISTÊNCIA DE SISTEMA DE CONTROLO INTERNO PARA OS SI | 39 |
| GRÁFICO 18 – O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 39 |
| GRÁFICO 19 - O IMPACTO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NOS SI | 40 |
| GRÁFICO 20 - ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NO FLUXO DE DOCUMENTAÇÃO | 41 |
| GRÁFICO 21 - ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO | 41 |
| GRÁFICO 22 - GRAU DE ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO..... | 42 |
| GRÁFICO 23 - O REGISTO E DOCUMENTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO | 43 |
| GRÁFICO 24 - AVALIAÇÃO DO CUSTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 43 |
| GRÁFICO 25 – COMO SE PROCEDERIA SE SE VERIFICASSE HOJE A IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 44 |
| GRÁFICO 26 - REDUÇÃO DE CUSTOS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA)..... | 44 |
| GRÁFICO 27 - A IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) COM RECURSO A <i>OUTSOURCING</i> | 45 |
| GRÁFICO 28 - NECESSIDADE DE REVER TOTALMENTE OS SI NA FASE DA IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA)..... | 45 |
| GRÁFICO 29 - NECESSIDADE DE CRIAR MECANISMOS DE CONTROLO INTERNO PARA RESPONDER AOS REQUISITOS DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 46 |
| GRÁFICO 30 – FIABILIDADE DOS SI COM A IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA)..... | 46 |
| GRÁFICO 31 - EXISTÊNCIA FORMAL DE UMA POLÍTICA DE ADEQUAÇÃO DOS SI À 8ª DIRECTIVA (REVISTA) | 47 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| TABELA 1- CORRELAÇÃO DE <i>SPEARMAN</i> ENTRE AS VARIÁVEIS “ <i>IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NOS SI</i> ” E “ <i>CUSTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA)</i> ” | 48 |
| TABELA 2- CORRELAÇÃO DE <i>SPEARMAN</i> ENTRE AS VARIÁVEIS “ <i>IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NOS SI</i> ” E “ <i>IMPORTÂNCIA DOS SI NA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO</i> ”. | 48 |
| TABELA 3- CORRELAÇÃO DE <i>SPEARMAN</i> ENTRE AS VARIÁVEIS “ <i>IMPACTO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NOS SI</i> ” E A “ <i>IMPORTÂNCIA DO PLANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO DESEMPENHO DOS SI</i> ”. | 49 |
| TABELA 4- CORRELAÇÃO DE <i>SPEARMAN</i> ENTRE AS VARIÁVEIS “ <i>IMPACTO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NOS SI</i> ” E O “ <i>CONTRIBUTO DOS SI PARA A EFICIÊNCIA GLOBAL DA ORGANIZAÇÃO</i> ”. | 49 |
| TABELA 5- CORRELAÇÃO DE <i>SPEARMAN</i> ENTRE AS VARIÁVEIS “ <i>IMPACTO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NOS SI</i> ” E “ <i>IMPACTO DOS SI NAS POLÍTICAS REGULADORES INTERNAS</i> ”. | 50 |
| TABELA 6- CORRELAÇÃO DE <i>SPEARMAN</i> ENTRE AS VARIÁVEIS “ <i>IMPACTO DA 8ª DIRECTIVA (REVISTA) NOS SI</i> ” E “ <i>IMPACTO DOS SI NAS POLÍTICAS REGULADORES EXTERNAS</i> ”. | 51 |

Introdução

A globalização alterou o sistema político e económico, motivando a circulação de pessoas e a liberalização de capitais. Assim, num mundo cada vez mais globalizado, surgem novas oportunidades e ameaças. Nesta vertente, as organizações procuram aproveitar as oportunidades e minimizar as ameaças, utilizando de forma estratégica os seus Sistemas de Informação (SI).

O avanço tecnológico e o aumento da competitividade que têm acontecido ao longo dos anos são uma das causas de grandes alterações que se têm verificado nas organizações com particular impacto na sua gestão. Conforme refere Farreca (2006), para que as organizações consigam uma posição de liderança no mercado, relativamente aos seus concorrentes, têm de desenvolver um pensamento estratégico que implique conhecer as necessidades dos clientes, antecipando a satisfação das mesmas, fixar a atenção nas oportunidades oferecidas pelos mercados e ultrapassar os obstáculos que vão surgindo.

A globalização tem prós e contras relativamente aos mercados financeiros, criando a necessidade de haver órgãos reguladores dos mercados, de forma a proporcionar o seu funcionamento adequado, permitindo alcançar resultados que vão ao encontro dos interesses de investidores e de outras partes interessadas na organização. A função auditoria nas organizações tem vindo a ser descredibilizada face aos investidores e à sociedade em geral devido aos inúmeros escândalos financeiros que têm acontecido um pouco por todo o mundo: Estados Unidos da América (EUA) (exemplo: Enron); Itália (exemplo: Parmalat), Holanda (exemplo: Royal Ahold); França (exemplo: Altran Technologies); Alemanha (exemplo: Comroad); e Irlanda (exemplo: Élan), entre outros.

Estes escândalos despertaram a atenção e reacção dos dois lados do atlântico, a começar pelos EUA em 2002, com a promulgação da lei Sarbanes-Oxley (SOX)¹, que veio lançar novos desafios às capacidades dos profissionais de auditoria. Esta lei, denominada assim em homenagem ao senador Paul Sarbanes e ao deputado Michael Oxley, principais intervenientes da mesma, tem como um dos principais objectivos colmatar as deficiências relativas aos relatos financeiros e restabelecer a confiança dos investidores (Anand, 2007; Larson, *et al.*, 2004).

¹ Public Law 107 -204 - July 30, 2002

A União Europeia (UE) sentiu igualmente necessidade de criar mecanismos com o objectivo de proporcionar, aos investidores e outras partes interessadas na organização, confiança no relato financeiro, objecto de auditoria, e proteger-se ela própria contra o impacto de novos escândalos financeiros minimizando esse risco através da aprovação da Directiva 2006/43/CE² (que a partir de agora passaremos a designar de 8ª Directiva (revista)).

Em Portugal a 8ª Directiva (revista) foi transposta para a ordem jurídica através dos Decretos-Lei nº 224/2008 e nº 225/2008, ambos de 20 de Novembro. Esta transposição teve impacto na profissão dos revisores oficiais de contas (ROC), implicando a criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA).

A transposição da 8ª Directiva (revista) para a ordem jurídica nacional, por ser uma norma externa às organizações, poderá ter influenciado de forma directa e/ou indirecta as mesmas. De acordo com Ballas e Aleiferi (200-?), a implementação da 8ª Directiva (revista) teve impacto nos negócios e nas infra-estruturas de tecnologias de informação (TI). Assim, com este trabalho, pretendemos verificar se houve impacto nos SI das organizações nacionais decorrente da implementação da referida Directiva.

Para tal, não sendo exequível avaliar eventuais impactos nos SI de todas as entidades existentes em Portugal, elegemos como amostra as entidades de interesse público com valores cotados na *Euronext* Lisboa que fazem parte do NYSE *Euronext*, o maior grupo gestor de bolsas mundiais.

A selecção da nossa amostra deve-se ao facto destas entidades apresentarem uma grande visibilidade no mercado financeiro e de terem uma importância económica significativa no desenvolvimento do país, sendo por isso, mais exigentes os requisitos aplicados para a realização da revisão legal de contas anuais e consolidadas nas mesmas entidades (CE, 2006).

As organizações são sujeitas a diversos tipos de auditorias (ex: auditoria ambiental, auditoria financeira, auditoria fiscal, auditoria operacional, auditoria de sistemas de

² Directiva 2006/43/CE de 17 de Maio de 2006, relativa à revisão legal de contas anuais e consolidadas, que altera as Directivas 78/660/CEE (4ª Directiva) e 83/349/CEE (7ª Directiva) e revoga a Directiva 84/253/CEE (8ª Directiva)

informação, entre outros), todas com um objectivo comum, obter evidência (prova), de uma forma directa ou indirecta, tendo como base os SI organizacionais.

Por conseguinte, a auditoria de sistemas de informação (ASI) desempenha um papel importante contribuindo para verificar se a informação é apresentada de acordo com as necessidades da organização e se as acções desenvolvidas e os recursos aplicados em determinada organização estão em conformidade com as disposições estabelecidas previamente e com as boas práticas da profissão.

O presente trabalho tem como principal objectivo averiguar se a implementação da 8ª Directiva (revista) teve impacto significativo nos SI organizacionais, conforme já referimos anteriormente.

A metodologia utilizada para alcançar o objectivo proposto foi a realização de um estudo empírico, almejando obter resposta às seguintes questões de investigação:

- como foi feita a implementação da 8ª Directiva (revista)?
- a implementação da 8ª Directiva (revista) teve impacto nas organizações que a aplicaram?
- como são considerados os custos relacionados com a implementação da 8ª Directiva (revista)?

O presente trabalho desenvolve-se ao longo de cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos a revisão da literatura, focando os escândalos financeiros que estiveram na origem da Lei SOX bem como da 8ª Directiva (revista).

No segundo capítulo, analisa-se a 8ª Directiva (revista), evidenciando o seu historial, o seu objecto e objectivos e são referidas as consequências verificadas com a sua adopção.

No terceiro capítulo procedemos à formulação do problema de investigação, à explicitação do objectivo do estudo e colocamos as hipóteses de investigação. Procedemos ainda à descrição da metodologia, onde incluímos a explicitação do método de recolha, de tratamento e análise dos dados.

No quarto, faz-se a análise dos dados e interpretação dos resultados das respostas ao questionário enviado às entidades seleccionadas para o estudo empírico bem como o teste às hipóteses de investigação.

Por último, apresentam-se as conclusões obtidas e faz-se menção às limitações que surgiram ao longo do desenvolvimento do trabalho e sugerem-se algumas propostas para trabalhos futuros.

1 Revisão bibliográfica

Este capítulo tem por objectivo focar as razões que estiveram na origem da lei SOX e da 8ª Directiva (revista), permitindo assim conhecer e entender as circunstâncias que levaram ao surgimento destas. Este capítulo tem ainda como objectivo analisar a contribuição do governo das sociedades e dos SI para as organizações na diminuição de risco organizacional.

1.1 Razões que estiveram na origem da Lei SOX e da 8ª Directiva (revista)

No passado a função auditoria era encarada na perspectiva de uma avaliação cujo principal objectivo se centrava em descobrir erros e indicar falhas. Ao longo dos anos a função auditoria tornou-se mais abrangente, efectuando uma análise crítica com a finalidade de realizar apreciações respeitantes à eficácia e à eficiência de um determinado departamento ou de uma organização (Carneiro, 2004).

Actualmente, devido à globalização e à internacionalização os mercados financeiros tornaram-se mais complexos, exigentes e vulneráveis. Face à vulnerabilidade desses mercados, ocorreram vários escândalos financeiros que conduziram à perda de credibilidade da função auditoria, tendo afectado negativamente a fiabilidade da informação financeira proporcionada pelos gestores e/ou administradores.

Os acontecimentos acima referidos tiveram impactos negativos, tanto para as empresas como também para a auditoria, na medida em que os profissionais desta área, devido à ausência de enquadramento normativo, não cumpriam a sua função de forma conveniente, levando à descredibilização da função auditoria a nível mundial, estando também igualmente na origem da falta de confiança no governo das sociedades (*Corporate Governance*) devido à revelação do colapso de algumas grandes empresas tais como: *Enron*, *Xerox*, *WorldCom*, *Siemens AG*.

Os escândalos financeiros de que se tem conhecimento, de forma mais relevante, não só nos EUA mas também na Europa, têm contribuído para diversas reflexões que têm ajudado na melhoria do enquadramento normativo e legislativo relacionado com o governo das sociedades e com a auditoria.

No que respeita ao enquadramento normativo e legislativo podemos referir, nomeadamente, a criação da *Securitie and Exchange Commission* (SEC) em 1934 nos EUA, cuja actuação passou pelo reforço da importância da função auditoria, exigindo que as empresas que transaccionavam as suas acções na Bolsa de Valores dos EUA contratassem serviços de auditoria para aumentar a credibilidade das suas demonstrações financeiras (DF). Outro facto a destacar é a criação do comité de auditoria pela Comissão Europeia (CE) em 1998. Este Comité controla as actividades desenvolvidas pela função auditoria salvaguardando a independência dos profissionais na realização dos seus trabalhos, através da aplicação de Normas Internacionais de Auditoria (NIA).

No desempenho das suas funções os profissionais da auditoria deparam-se por vezes, com situações de irregularidades (exemplo: fraudes), cometidas por trabalhadores e/ou gestores das organizações segundo os seus interesses, quando estão em jogo benefícios financeiros directos ou indirectos (exemplo: honorários). Neste âmbito, a sociedade em geral tem exigido uma maior vigilância de todas as partes envolvidas na governação das organizações, com a finalidade de minimizar o risco de fraude. O auditor desempenha um papel fulcral no que refere a desvendar essas fraudes, através dos seus procedimentos, identificando as áreas mais sensíveis ao risco e aconselhando ao melhoramento do sistema.

O efeito da ocultação de fraudes nas empresas pode ter impactos devastadores na medida em que, esses actos podem levar as empresas à falência. Nesta linha, Simmons (2009)³ exemplifica alguns actos de ocultar fraudes que devem ser evitados tais como:

- mudar, esconder ou destruir registos oficiais a fim de ocultar o acto de fraude;
- anular provas relativas ao acto fraudulento;
- levar os outros directa ou indirectamente a reterem ou suprirem a informação relativa ao acto fraudulento;
- prestar falsas declarações perante investigadores quanto ao acto fraudulento;
- retirar qualquer outra acção afirmativa destinada a ocultar o acto fraudulento das entidades.

Tal como já foi referido, a lei SOX foi criada em resposta à vasta onda de falência de grandes empresas, alegações de impropriedade corporativa e reformulações das DF. A secção 404 da lei SOX, sobre a gestão e avaliação dos controlos internos, estabelece que a

³ Tradução nossa

gestão deve reconhecer a sua responsabilidade de estabelecer e manter os controlos internos adequados, incluindo a afirmação da sua eficácia, por escrito. Os ROC, por sua vez, apresentam um relatório relativamente à afirmação proferida pela gestão sobre a efectividade dos seus controlos internos na empresa no final do exercício de actividade (McConnell e Banks, 2003).

Segundo Anand (2007) e como pode ser visto na figura 1, para restabelecer a confiança dos investidores a lei SOX baseia-se em três princípios: integridade, precisão e responsabilidade.

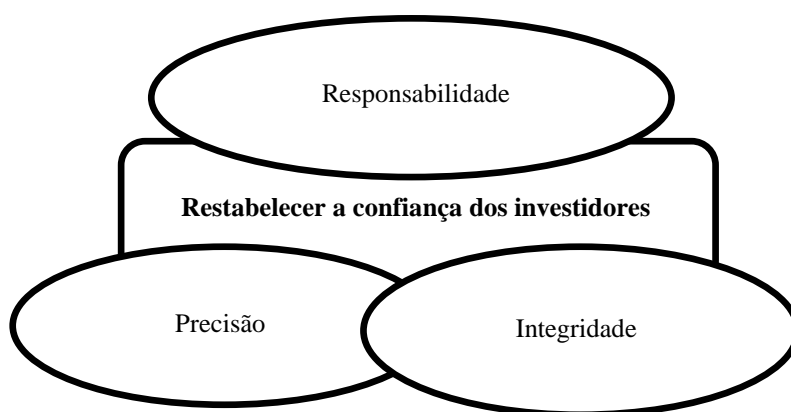


Figura 1 – Princípios da lei SOX (adaptado de Anand (2007, p.23), “*Essentials of Sarbanes-Oxley*”).

A UE também reagiu aos escândalos financeiros referidos, procedendo à revisão da Directiva 84/253/CEE (8ª Directiva) do Conselho da UE. Nesta linha, Freire (2006) salientou que um dos objectivos fundamentais da 8ª Directiva (revista), é permitir a harmonização das normas de auditoria na Europa, evitando assim, a existência de 27 regimes especiais que poderiam afectar a execução da auditoria relativamente a grupos de empresas localizadas em diferentes Estados Membros (EM).

A 8ª Directiva (revista) aborda assuntos relacionados com a auditoria de grupos económicos, que não eram tratados convenientemente na 8ª Directiva. Sendo um importante passo para alcançar a harmonização de requisitos relacionados com o exercício da actividade da auditoria, e das regras relativas ao sistema de supervisão pública, uma vez que esta actividade desempenha uma função de interesse público. A realização correcta desta actividade favorece o funcionamento adequado do mercado, através do reforço da integridade e fiabilidade das DF.

Apesar dos vários esforços desenvolvidos pelas entidades reguladores na procura de novos mecanismos que minimizem a ocorrência de novos escândalos financeiros, caso da 8ª Directiva (revista) e da lei SOX, não tem sido possível eliminar a sua ocorrência. Veja-se a actual crise financeira de características globais que tem exigido novas medidas no sentido de recuperar a confiança nos modelos de governo das sociedades e em particular nos mercados financeiros.

Perante a actual crise financeira mundial realizou-se uma cimeira europeia de forma a procurar mecanismos que ajudem a combater-la, tendo como principal mentor Durão Barroso⁴.

Neste contexto, a ajuda à Grécia criou divisões de opinião na UE, pois alguns países (exemplo: França, Itália, Áustria e Espanha) defendiam que as soluções para ajudar a Grécia deviam ser encontradas no seio da UE, enquanto outros países (exemplo: Alemanha, Holanda, Finlândia e Luxemburgo) defendiam que a ajuda devia ser prestada por parte da UE conjuntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Cunha, 2010).

Também, nos EUA, apesar dos esforços realizados e da publicação da lei SOX voltaram a suceder novos casos de escândalos, como a falência do banco *Bear Stearns*, o quinto maior banco de investimento dos EUA em Março de 2008, colmatando com a venda do mesmo para *JP Morgan Chase* (Dennis, 2010; John, 2010; Soros, 2009), algum tempo depois, um outro caso que voltou a agravar a confiança dos investidores no mercado de créditos, a abertura de falência do banco *Lehman Brothers* o quarto maior banco de investimentos dos EUA em que não houve nenhuma intervenção das autoridades financeiras (Tesouro ou Reserva Federal), tendo consequências desastrosas um pouco por todo o mundo (Francesco e Henny, 2010; Soros, 2009).

De acordo com Soros (2009), as estatísticas económicas revelaram que a falência do banco *Lehman Brothers* provocou um declínio significativo na economia global. Os efeitos da falência da *Lehman Brothers* tiveram consequências extremamente graves, a ponto de, fundos de pensões, fundos universitários e instituições de caridade terem perdido entre 20% e 40% do valor dos seus activos em pouco tempo.

⁴ Presidente da CE

O escândalo *Madoff* que também aconteceu nos EUA, teve proporções e consequências devastadoras a ponto de ser considerado uma das piores crises económicas nos últimos 80 anos (Melanie, 2009; Sinnett, 2009), causando prejuízos de biliões de dólares (Zimmerman, 2009). Este mesmo escândalo financeiro também teve proporções significativas na Europa, tendo-a atingido com grande impacto (Joanna, 2009; Soros, 2009).

1.2 Governo das Sociedades

O movimento em torno do governo das sociedades teve o seu início nos EUA na década de 70, mas acabou por chegar à Europa, mais precisamente ao Reino Unido (RU) devido à má governação que sucedeu em algumas das grandes empresas (exemplo: *Maxwell e Polly Peck Internacional, Brend Walker*). Em Dezembro de 1992 no RU surgiram documentos com o objectivo de resolver e evitar que os escândalos se voltassem a repetir, através do *Cadbury Report* (código de *corporate governance*).

O governo das sociedades é um tema que tem despertado atenção a nível mundial, pela sua importância nas organizações, suscitando o interesse da sociedade em geral e desempenhando um papel de grande relevância para “a saúde económica das empresas e da sociedade em geral” (IPCG, 2009). De acordo com Pires (2008), as primeiras causas determinantes para o nascimento e desenvolvimento do governo das sociedades, foram os escândalos que sucederam nos anos 80 e 90, como por exemplo os casos: *Barings; Savings and Loans; Maxwell Communications e Bank of Credit and Commerce International (BCCI)*.

Conforme descreve Tavares (2006) o governo das sociedades ganhou maior importância após a crise Asiática de 1998, tornando-se num elemento fulcral na melhoria da eficiência e crescimento económico, mas também no reforço da confiança dos investidores, abrangendo um conjunto de relações entre a gestão da empresa, a administração, os accionistas e outras pessoas interessadas, fazendo com que haja uma maior estabilidade no funcionamento do mercado, reduzindo os custos do capital e pondo as empresas nos fluxos internacionais de capital.

O governo das sociedades “*é a forma como o órgão de gestão organiza, dirige e supervisiona a entidade a fim de garantir que os princípios de integridade, transparência e*

responsabilidade são assegurados nos negócios” (Morais e Martins, 2007, p. 24), tendo como finalidade incentivar o uso eficiente dos recursos e exigir responsabilidades aos gestores das empresas pela aplicação desses recursos, pretendendo-se assim equilibrar os interesses dos indivíduos, das empresas e da sociedade em geral (Turner e Weickgemant, 2009).

O governo das sociedades por abarcar diferentes fenómenos (exemplo: económicos, políticos etc.), e por ser influenciado por diferentes interesses (IPCG, 2009) reflecte as formas de tomar decisões e de fiscalização que diferem de país para país, e que dentro de um mesmo enquadramento legal e institucional podem divergir de empresa para empresa (Silva, *et al.*, 2006).

Neste sentido, e de acordo com Silva *et al.* (2006) existem dois tipos de governo das sociedades, sendo eles:

- o sistema continental (também chamado de sistema de controlo baseado nas relações ou sistema de controlo interno). Este sistema está ligado a governo das empresas da Europa continental e do Japão;
- o sistema anglo-saxónico (igualmente designado de sistema de controlo externo ou sistema de controlo pelo mercado). Este sistema identifica-se mais com os EUA, Inglaterra e os outros países de expressão e influência anglo-saxónica.

De acordo com D’Agostino e Franzel (2004, p.14)⁵ ”um bom governo das sociedades exige que os incentivos e a lealdade dos directores de empresas reflectam o facto de estes estarem a servir os interesses de todos os accionistas”.

Para que haja um bom governo das sociedades é imprescindível combinar quatro factores (responsabilidade, equidade, conformidade de interesses e transparência) que podem constituir uma importante fonte de diferenciação para as entidades que as aplicam permitindo-lhes adquirir maior confiança junto dos seus investidores e outros potenciais interessados. Nesta perspectiva, Cunha e Martins (2007) referem que o governo das sociedades encontra-se relacionado com um conjunto de práticas que proporcionam transparência e equidade nas relações entre gestores e accionistas, reflectindo-se directamente na maximização do valor da empresa e na valorização do retorno do investimento para os accionistas.

⁵ Tradução nossa

Para tal, e no que respeita ao controlo interno, o governo das sociedades tem como objectivo garantir a conformidade, assegurando que as informações apresentadas são “fiéis” e transparentes (Turner e Weickgemannt, 2009)

Neste contexto, em Portugal, ciente da importância do governo das sociedades, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) apresentou em 1999 um conjunto de 17 recomendações (Pereira, 2007).

Estas recomendações tinham como principais destinatários as empresas com valores cotados e os investidores institucionais, não obstante, outras sociedades podiam tirar proveito destas recomendações. De acordo com Alves (2008), as 17 recomendações foram divididas em 5 grupos, sendo estes os seguintes:

- divulgação de informação;
- exercício do direito de voto e representação de accionistas;
- regras societárias (conflitos de interesse e medidas *anti-takeover*);
- estrutura e funcionamento do órgão de administração;
- investidores institucionais.

Por outro lado, conforme referem Moreira *et al.* (2004, p. 7) “a CMVM considera que uma adequada política de governo das sociedades deve: garantir a transparência; assegurar a defesa dos accionistas e dos credores; responsabilizar os gestores pelos incumprimentos de objectivos e pelas violações à lei; não impedir a maximização de performance; ser conforme os standards internacionais e ser ajustada à realidade do país”.

Na figura 2 é apresentado o Modelo da *Corporate Governance* de acordo com Morais e Martins (2007) onde podemos observar os diversos intermediários nesta relação.

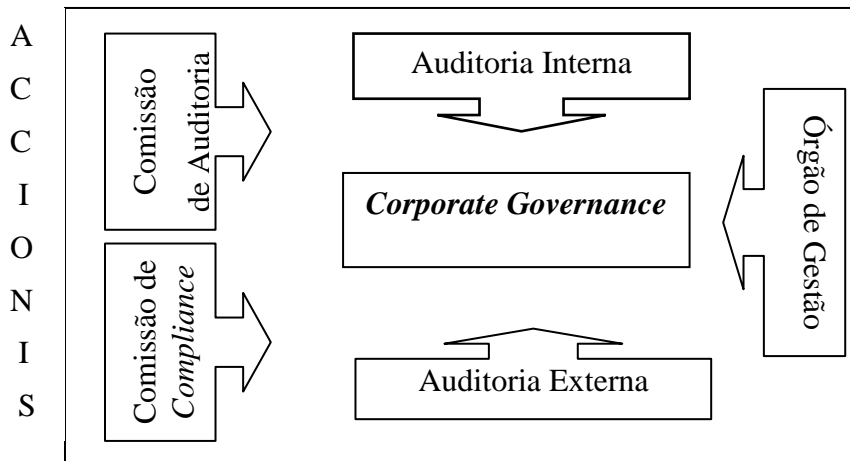


Figura 2 – Modelo de *Corporate Governance* (adaptada de Moraes e Martins (2007, p. 27), “Auditoria Interna: função e processo”)

Para Moraes e Martins (2007) os escândalos financeiros que têm vindo a acontecer, têm sido um dos factores para o fortalecimento e desenvolvimento do governo das sociedades. Com esses acontecimentos o governo das sociedades sofreu também algumas alterações no sentido de restituir a confiança nos mercados financeiros (exemplo: criação de códigos de boas práticas por vários organismos internacionais)⁶.

O governo das sociedades é constituído pelos diversos relacionamentos estabelecidos entre os *stakeholders* das empresas. É um sistema projectado para dirigir, controlar e avaliar o sucesso da empresa, influenciando objectivos, riscos e desempenho (Cuong, 2007). O controlo interno assume um papel relevante na minimização do risco organizacional, através da implementação de mecanismos desenhados em conformidade com o adequado enquadramento normativo e legislativo.

Os diversos escândalos já referidos permitiram constatar que o desenvolvimento de normas, regulamentos e orientações relacionadas com a governação, incluindo a governação organizacional e a governação das tecnologias da informação (TI), são extremamente importantes para ajudar na recuperação da confiança das partes interessadas (Cuong, 2007).

O ritmo acelerado da globalização requer adaptações a nível tecnológico para alcançar o sucesso na empresa. É neste âmbito que surgem as TI como forma de apoiar a empresa a

⁶ Para uma análise mais detalhada consultar o sítio da *internet*:
<http://www.cipd.co.uk/nedresource/information/history.htm> [consultado em 21/10/2010]

alcançar os seus objectivos estratégicos. No ambiente empresarial de hoje não é difícil observar que as TI envolvem a maioria das etapas, se não todas as etapas do relato financeiro. Assim, o governo das TI torna-se numa matéria de grande interesse para as empresas (Cuong, 2007).

O desenvolvimento e avaliação das TI pode ser feito com recurso à *framework Control Objectives for Information and related Techonology* (COBIT). A *framework* COBIT inicialmente foi um *benchmark* desenvolvido e mantido pelo *Information Technology Governance Institut* (ITGI) (Brad e Scott, 2007).

Como já foi referido anteriormente, como resposta aos inúmeros escândalos que abalaram a confiança dos investidores e do público em geral na Europa e nos EUA, surgiram reacções de ambos os lados do atlântico, nos EUA com a criação da lei SOX e na Europa com a revisão da 8ª Directiva, no sentido de recuperar a confiança dos investidores e do público em geral nos mercados de capitais e no governo das sociedades. De acordo com a *Internacional Organization of Securities Commissions* (IOSCO) (2009) a 8ª Directiva (revista) constitui um dos importantes mecanismos legal para suportar a transparência do governo das sociedades.

Pereira (2007) evidencia como ponto forte da 8ª Directiva (revista), o aperfeiçoamento do regime para que ROC e SROC possam cumprir as suas tarefas reforçando a confiança dos accionistas e dos mercados sobre a qualidade dos sistemas de controlo interno e de governação das sociedades, especialmente no que se refere ao relato financeiro.

1.3 Sistemas de Informação organizacionais

O surgimento das novas tecnologias e a sua evolução representam um importante contributo para o surgimento de novas formas e perspectivas de enfrentar assuntos que dizem respeito à forma de competir. A utilização das novas TI e de comunicação tem aumentado cada vez mais (Rascão, 2008).

Segundo Cunha e Oliveira (2006, p. 6) um SI “*é um conjunto de componentes interactivos, nomeadamente computadores, dados, recursos humanos, entre outros, com interacções e relacionamentos múltiplos entre eles*”.

Para que todos estes componentes interactivos sejam eficientes é fundamental aproveitar as vantagens que as tecnologias proporcionam aos SI, ao permitirem o processamento de

grandes quantidades de dados, apresentando informações com qualidade e fiabilidade servindo de apoio na tomada de decisões dos interessados nessas informações.

Os SI têm como finalidade contribuir para a actividade de planeamento e desenvolvimento ou aquisição de meios para as organizações na medida em que, segundo Rezende (2005), tudo o que acontece e todos os processos que ocorrem numa organização são dirigidos por sistemas, podendo estes ser informatizados ou não. A segurança do sistema de informação consiste na execução eficaz das políticas de forma a assegurar a confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação e dos recursos protegendo-os contra roubo alteração, manipulação e/ou corrupção (Stephen e Rodger, 2006).

No ambiente empresarial de hoje, os sistemas e as TI são importantes para o sucesso das organizações que os utilizam, visto que, podem melhorar a eficiência e a eficácia reduzindo os custos das mesmas (Turner e Weickgemannt, 2009), por serem ferramentas capazes de assegurar a qualidade da informação, aumentar a competitividade e contribuir para a satisfação das necessidades dos diferentes interessados.

Para Theimistokles e Evaggelos (2008) a rápida evolução e a globalização que se têm verificado, trazem dificuldades aos gestores, devido à sobrecarga da informação (*information overload*) que circula nas organizações. Esta sobrecarga dificulta a compreensão e a transmissão da informação para a tomada de decisão e, por conseguinte, dificulta o reconhecimento de ameaças e oportunidades. Neste sentido, os autores referidos acima destacam a importância dos SI para a gestão de informação.

É importante que as empresas consigam tirar proveito adequado dos potenciais benefícios dos SI, pois caso contrário estas podem ser afectadas no mercado relativamente aos seus concorrentes, podendo em alguns casos ter consequências desastrosas como a falência.

As TI têm vindo a desenvolver-se a um ritmo acelerado, aumentando a capacidade de armazenamento da informação, proporcionando ao mesmo tempo a reduções significativas de custos e espaço físico, sendo consideradas vantajosas, na medida em que representam “uma arma eficiente de gestão da informação e de apoio às decisões” (Silva, 2009), podendo gerar uma vantagem competitiva no mercado. As organizações “estrategicamente apoiadas pelas TI, estarão à frente no mundo dos negócios” (Silva, 2009).

Pelo que é dito anteriormente, as TI assumem importância significativa nas organizações, com impacto no seu ambiente e influenciando a sua estrutura organizacional. Podem ainda

assumir um papel relevante na interligação inter-organizacional constituindo assim um excelente mecanismo de comunicação e permitindo dar suporte à constituição de cadeias de fornecimento.

Fruto da globalização, o mercado tem-se tornado cada vez mais dinâmico e a concorrência é cada vez maior, implicando assim, a necessidade de agilidade nas respostas o que leva à obtenção de resultados sobre grandes pressões. Desta forma, o investimento em SI acaba por ser uma mais-valia para as organizações contribuindo para que estas organizações sejam mais eficientes, eficazes e competitivas sendo o seu relacionamento com o negócio de tal forma próximo que em alguns momentos se confunde os SI com o negócio e vice-versa (Gama, *et al.*, 2007)

Os SI assumem uma grande importância nas organizações dado que constituem uma ferramenta eficaz que aperfeiçoa os fluxos de informação de todos os departamentos, proporcionando a ligação de todas as áreas das empresas, fazendo com que haja uma uniformização da informação. As informações estão protegidas com a utilização de SI eficientes e adequados às necessidades das organizações, evitando que sejam cometidas fraudes.

2 A 8ª Directiva (revista)

Neste capítulo fazemos uma apresentação da 8ª Directiva (revista), evidenciando o seu historial, o seu objecto e os seus objectivos, destacando as consequências verificadas em Portugal, resultantes da sua adopção.

2.1 Historial

Tal como já referimos anteriormente, os escândalos financeiros que têm sucedido, desencadearam a necessidade de se efectuar uma profunda análise relativamente às questões de apresentação da informação financeira, de revisão legal de contas, de governo das sociedades e dos mercados de capitais.

A inexistência de uma harmonização da revisão legal de contas na UE vem preocupando as entidades responsáveis pela área de auditoria desde há muitos anos. Desta forma, em 2003 houve um comunicado da CE ao Conselho e ao Parlamento Europeu (PE) relativamente ao tema “*Reforçar a Revisão Oficial de Contas na União Europeia*”⁷, salientando a falta de uma abordagem harmonizada no que respeita à revisão legal de contas na EU (Reis, 2008).

Assim, reconheceu-se na UE a necessidade de harmonizar a informação financeira das sociedades com valores cotados com o intuito de proteger os investidores (CE, 2007). A aplicação de normas internacionais de contabilidade, permite à UE garantir a confiança nos mercados financeiros (CE, 2007), uma vez que a revisão oficial de contas é um meio importante para assegurar uma prestação adequada da informação financeira, e torna possível a negociação com países terceiros.

De entre as acções tomadas na UE no sentido de fortalecer a auditoria, destaca-se a apresentação do Livro Verde pela CE em 1996, que aborda questões sobre a função, posição e responsabilidade dos ROC na UE, acarretando a necessidade de criar novas medidas na área de auditoria de forma a reforçar a confiança de todos os interessados nesta área (Van Apeldoorn, *et al.*, 2003). Estas medidas foram publicadas em 1998 numa

⁷JO C 236 de 2.10.2003, p. 2—13 disponível em : http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2003&nu_doc=286 [consultado em 23/04/2009]

comunicação da CE denominado “*O futuro da revisão oficial de contas na União Europeia*”⁸.

Ainda na Europa, em Novembro de 2000 a CE emitiu uma recomendação respeitante ao “*Controlo de qualidade da revisão oficial de contas na União Europeia: requisitos mínimos*”⁹. Posteriormente, em Maio de 2002 este mesmo organismo emitiu mais uma recomendação sobre “*A independência dos revisores oficiais de conta na União Europeia: um conjunto de princípios fundamentais*”¹⁰.

Esta recomendação, tinha por finalidade criar uma estrutura conceptual de regulação moderna e também abrangeu a proposta de modernização da 8ª Directiva, com o intuito de assegurar trabalhos de elevada qualidade debruçando-se sobre os seguintes: formação, supervisão pública, controlo de qualidade, sanções disciplinares, normas internacionais de auditoria, questões deontológicas, independência e ainda a criação de um comité de regulação de auditoria (Reis, 2008).

Desta forma, no dia 17 de Maio de 2006, foi aprovada a 8ª Directiva (revista) relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que revoga a Directiva 84/253/CEE (8ª Directiva) do Conselho da UE.

Contudo, apesar da revogação da 8ª Directiva, é de salientar que a 8ª Directiva (revista) preservou alguns pontos que eram tratados na Directiva revogada tais como:

- formação para acesso à actividade de revisão legal de contas e auditoria;
- condições para aprovação de novos ROC e SROC.

Apesar da 8ª Directiva (revista) manter alguns pontos que eram tratados na 8ª Directiva, aquela é mais “audaz”, visto que, aborda de melhor forma os requisitos concernentes à forma como a auditoria deve ser realizada de modo a garantir um trabalho de qualidade e reforçando a confiança dos mercados nas funções desempenhadas pelo auditor (CMVM, 2007). Tal traduz-se numa mais-valia, na medida em que proporciona informação

⁸ Jornal Oficial n.º C 143 de 08/05/1998 p. 0012 – 0016 disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31998Y0508\(01\):pt.html](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31998Y0508(01):pt.html) [consultado em 15/05/2009]

⁹ Jornal Oficial n.º L 091 de 31/03/2001 p. 0091 – 0097 disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001H0256:pt.html> [consultado em 15/05/2009]

¹⁰ Jornal Oficial n.º L 191 de 19/07/2002 p. 0022 – 0057 disponível em : <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002H0590:PT:HTML> [consultado em 15/05/2009]

financeira fiável, despertando assim, o interesse e a confiança dos interessados nos serviços prestados pelos auditores e consequentemente nos resultados alcançados com base nesses serviços.

A 8ª Directiva (revista) clarifica as obrigações dos auditores, exige a utilização de NIA nos países que pertencem à UE, introduz um sistema de avaliação externa da qualidade da auditoria e sujeita a profissão de auditoria a uma supervisão pública sólida, contribuindo deste modo, para realçar a importância da auditoria e impulsionando o aumento de confiança dos investidores e do público em geral.

2.2 Objecto e objectivos da 8ª Directiva (revista)

A 8ª Directiva (revista) tem por objecto estabelecer mecanismos respeitantes à revisão legal de contas anuais e consolidadas (CE, 2006) e tem por objectivo harmonizar os requisitos da revisão legal de contas, melhorando a credibilidade da informação financeira e protegendo a UE de novos escândalos financeiros que poderiam causar instabilidade no mercado financeiro europeu afectando igualmente outros mercados financeiros.

Para atingir essa finalidade a 8ª Directiva incide sobre vários assuntos, tais como:

- a reformulação da regulação da profissão de ROC;
- a supervisão pública de ROC;
- a existência de regras especialmente para entidades de interesse publico;
- a harmonização dos órgãos de supervisão dos EM;
- a aplicação de normas internacionais;
- a independência e ética dos ROC;
- o controlo de qualidade externa;
- a criação de cooperação entre reguladores da UE e de países terceiros.

Para além dos pontos abordados acima, segundo Turley (2004) a 8ª Directiva (revista) resultou da necessidade de reforçar a confiança dos investidores nos mercados europeus, despertando assim a atenção das empresas com valores cotados nos EUA e de outros países.

2.3 Consequência da adopção em Portugal da 8ª Directiva (revista)

A transposição da 8ª Directiva (revista) para a ordem jurídica portuguesa implicou algumas medidas nacionais¹¹ tais como:

- aprovação do Decreto-Lei nº 225/2008 de 20 de Novembro de 2008;
- aprovação do Decreto-Lei nº 224/2008 de 20 de Novembro de 2008 e;
- aprovação do Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de Março de 2006.

As medidas citadas, tiveram como consequência (OROC, 2008, 2009) respectivamente:

- a criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA);
- a alteração do Estatuto da Ordem de Revisores Oficiais de Contas (OROC);
- a alteração do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Os impactos que podem resultar da transposição da 8ª Directiva revista para a ordem jurídica interna são mais significativos, nas entidades de interesse público, nos termos do artigo nº 2 do Decreto-Lei nº 225/2008, de 20 de Novembro, sendo que a maioria dessas entidades têm valores cotados na CMVM.

2.3.1 Criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

A adopção de 8ª Directiva (revista) obrigou a que fosse criado um órgão de supervisão pública da profissão dos ROC e das SROC, que em Portugal tomou a designação de CNSA. Este órgão é constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições: Banco de Portugal; CMVM; Instituto de Seguros de Portugal; OROC e Inspeção-Geral de Finanças. O CNSA tem como papel fortalecer a confiança e a credibilidade nos serviços de auditoria prestados pelos ROC e pelas SROC em Portugal.

O CNSA actua de acordo com um conjunto de regras que dirigem as suas actividades no sentido de defender o interesse público, dando ênfase à integridade, à consistência e à transparência dos ROC e das SROC. Por outro lado, o CNSA desempenha a função de supervisão e avaliação do sistema de controlo de qualidade dos ROC e das SROC, executadas pela OROC sobre controlo da mesma. Para além dos papéis já referidos, este

¹¹ Para tomar conhecimento das medidas relacionadas com a transposição da 8ª Directiva (revista) e as suas consequências nos outros EM da UE consultar o sítio da *internet*:

http://ec.europa.eu/internal_market/auditing/directives/transpo_en.htm [consultado em 15/10/2010]

organismo é responsável por assegurar a cooperação e coordenação de forma eficiente a nível internacional.

O CNSA efectuou contactos, directa e indirectamente, com autoridades de outros EM e países terceiros através do Gabinete de Planeamento Estratégico, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e Administração Pública.

Relativamente à participação internacional, o CNSA integrou o *European Group of Auditors' Oversight Bodies* (EGAOB) que constitui um importante organismo na coordenação da aplicação plena da 8ª Directiva (revista) em todos os EM (CNSA, 2010a).

Ainda no que respeita à participação internacional do CNSA, destaca-se a intenção de integrar o *International Forum of Independent Audit Regulators* (IFIAR), pelo facto ser um organismo relevante, constituindo assim, uma mais-valia para Portugal no que concerne à sua participação e contributo ao nível internacional na actividade da auditoria e à sua supervisão (CNSA, 2010a). O CNSA realizou trocas de informação e experiências com outros EM da UE, como a Eslovénia (*Agency for Public Oversight of Auditing*), Holanda (*Autoriteit Financiële Markten*) e a Finlândia (*Central Chamber of Commerce*) sobretudo no que respeita à implementação da 8ª Directiva (revista) e à criação de um sistema de supervisão pública da auditoria (CNSA, 2010b).

No que se refere à cooperação do CNSA com países terceiros, destaca-se a participação do mesmo no terceiro *International Auditor Regulatory Institute*, organizado nos EUA pelo PCAOB (CNSA, 2010b).

2.3.2 Alterações do Estatuto de Revisores Oficiais de Contas

No que se refere ao Estatuto da OROC, o quadro normativo já era exigente, o que é possível verificar analisando o Decreto-Lei nº 486/99, de 10 de Novembro. A transposição da 8ª Directiva (revista), obrigou à alteração¹² do Estatuto da OROC, tornando-o ainda mais exigente.

Como resultado da transposição parcial da 8ª Directiva (revista), foi publicado no dia 4 de Agosto de 2008, o Decreto - Lei nº 36/2008, que permitiu ao Governo efectuar alterações

¹² Para verificar tal alteração, consultar o sítio de internet:
http://www.infocontab.com.pt/download/EOROC/EOROC_Alteracoes.pdf [consultado em 21/06/2010]

no Estatuto da OROC, aprovados pelo Decreto - Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (OROC, 2008). Estas alterações estatutárias, ocorreram no sentido de acompanhar a evolução da profissão dos ROC ao nível internacional e seguir as normas determinadas na 8ª Directiva (revista).

O Decreto-Lei nº 224/2008 tem como objectivo reforçar a harmonização da revisão legal de contas, atribuindo maior importância aos deveres da ordem deontológica, privilegiando a independência, confidencialidade, integridade, objectividade e evitando conflitos de interesse, efectuando um controlo de qualidade e a supervisão pública dos ROC. Com a adopção da 8ª Directiva (revista), em Portugal o controlo de qualidade dos ROC passa a ser exercido pela OROC, mas, sob a supervisão do CNSA (OROC, 2008).

O artigo 62.º-A do Decreto-Lei em questão, estabelece a obrigatoriedade dos ROC e das SROC realizarem auditoria às contas de entidades de interesse público e a procederem à divulgação no seu sítio na *internet* do Relatório Anual de Transparência (OROC, 2008).

2.3.3 Alterações do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

O governo das sociedades está no centro das atenções após os diversos escândalos financeiros que se têm vindo a verificar, desencadeando normativos à escala mundial. Pode-se dizer que existem dois tipos de sistema orgânico de governação societária (Abreu, 2010):

- sistema monístico e;
- sistema dualístico.

No caso do sistema monístico, tanto a administração como a fiscalização pertencem a um único órgão, enquanto que, no sistema dualístico, administração e fiscalização pertencem a órgãos diferentes (Abreu, 2010).

A debilidade dos modelos de fiscalização existentes mostrou a necessidade de efectuar-se o reforço das funções de administração e fiscalização das sociedades. A 8ª Directiva (revista) constituiu um importante meio para alcançar tais objectivos, pois, estabelece que as entidades de interesse público devem criar um órgão com funções de fiscalização dos documentos financeiros e um comité de auditoria (Bebiano, *et al.*, 2007).

Em Portugal, no dia 29 de Março de 2006, foi publicado o Decreto-Lei n.º 76-A/ 2006, que antecipa uma das exigências estabelecidas pela 8ª Directiva (revista), relativa à discriminação entre o órgão de fiscalização e o órgão de revisão de contas.

Este Decreto-Lei levou a inúmeras alterações ao CSC que tem por finalidade actualizar e flexibilizar os modelos de governo das sociedades anónimas. As preocupações evidenciados no Decreto em questão referentes à direcção e a fiscalização das sociedades comerciais levaram à revisão do CSC.

Na preparação deste Decreto, foi dada especial atenção às novas tecnologias de informação em benefício do funcionamento dos órgãos sociais e dos mecanismos de comunicação entre os sócios e as sociedades, visto que, a tecnologia constitui um importante aliado do governo das sociedades.

No artigo 2º do Decreto-Lei nº 76-A/2006, estão identificadas as alterações ao CSC, no artigo 4º do mesmo Decreto está descrita a alteração à organização sistemática do CSC. Este decreto entrou em vigor no dia 30 de Junho de 2006.

De seguida, apresentamos algumas das alterações ao CSC evidenciadas pela OROC (2009), tais como:

- as sociedades anónimas passaram a ter mais opções relativamente a soluções de governação, tendo o privilégio de escolherem um modelo de organização da administração e da fiscalização de entre os três modelos existente;
- eliminação de diferenças injustificadas entre os modelos de governação;
- integração de normas da comissão europeia com incidência sobre a questão dos modelos de governação e direcção de sociedades anónimas;
- acolhimento das especificidades das pequenas sociedades anónimas;
- autorização para a aplicação das novas tecnologias da sociedade de informação no exercício dos órgãos sociais e na comunicação entre os sócios e as sociedades.

No essencial, podemos concluir que a transposição da 8ª Directiva (revista) para a ordem jurídica portuguesa teve impactos significativos, destacando a criação do CNSA, alterações do Estatuto da OROC, proibição de prestação de serviços que não são de auditoria quando estes põem em causa a independência dos ROC, rotação dos ROC, discriminação e inspecção de forma eficiente dos órgãos de direcção e fiscalização no sentido de melhorar a qualidade das auditorias efectuadas.

3 Identificação do problema e descrição da metodologia de investigação

Neste capítulo procedemos à formulação do problema de investigação, à explicitação do objectivo e colocamos as hipóteses de investigação. Procedemos ainda à descrição da metodologia, onde incluímos a explicitação do método de recolha, de tratamento e análise dos dados.

3.1 Formulação do problema

A revisão da literatura permitiu perceber que a revisão legal de contas é um tema que tem despertado a atenção de organismos de regulação, nomeadamente, nos EUA e na UE, principalmente após os inúmeros escândalos que têm vindo a acontecer. Contudo, é de salientar que o escândalo da *Parmalt* e da *Ahold*, entre outros, contribuíram de forma significativa para a aprovação da 8ª Directiva (revista) (CE, 2004; Freire, 2006; Gomes, 2005), para a melhoria do enquadramento regulador relativamente às entidades de interesse público, como forma de reforçar a transparência e o controlo.

A alínea f) do nº 2 do artigo 8º da 8ª Directiva (revista) referente “às provas de conhecimentos teóricos”, menciona as tecnologias da informação e sistemas informáticos, considerando assim, a relevância das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) para um bom desempenho da auditoria (CE, 2006).

Como já referimos anteriormente, espera-se que a 8ª Directiva (revista) tenha impactos nas organizações que a aplicaram no que respeita aos seus negócios e às suas infra-estruturas de TI.

Visto que os SI desempenham um papel fundamental nas organizações e poderão estar presentes em todas as áreas das organizações, questionamos se a implementação desta Directiva em Portugal, teve impacto nos SI organizacionais.

Sendo que a 8ª Directiva (revista) é uma norma e que valorizou o papel das TIC e dos SI para as organizações e para a auditoria, que já foi transposta para o direito nacional achamos pertinente proceder a uma avaliação dos impactos da sua aplicação nos SI das organizações que em Portugal a ela estão obrigadas.

3.2 Objectivo de investigação

O presente trabalho tem como principal objectivo averiguar se a implementação da 8ª Directiva (revista) teve impacto nos SI organizacionais, em particular nas entidades de interesse público com valores cotados na *Euronext* Lisboa. A CNSA (2009) apresenta no seu *site*, uma listagem das entidades que são consideradas entidades de interesse público.

Pretende-se que este trabalho permita um melhor conhecimento sobre a forma de implementação da 8ª Directiva (revista), quais as proporções dos impactos provocados nas organizações que fizeram a sua aplicação e por fim, avaliar os custos/benefícios relativamente à implementação da referida Directiva.

3.3 As hipóteses de investigação

Tendo em conta o problema em questão e cientes de que a aplicação das normas nacionais que resultaram da transposição da Directiva nas organizações exige custo, podendo ter impactos em diversas áreas, formulamos de seguida as hipóteses que podem dar respostas ao nosso problema.

H1: O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com o custo associado à implementação da mesma Directiva.

H2: O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com a importância que os SI assumem na avaliação do desempenho da organização.

H3: O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com a importância do plano de formação profissional no desempenho dos SI na organização.

H4: O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com o contributo dos SI para a eficiência da organização.

H5: O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com o impacto dos SI nas políticas reguladoras internas.

H6: O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com o impacto dos SI nas políticas reguladoras externas.

3.4 Descrição da metodologia de investigação

A seguir descrevemos a amostra utilizada, o método de recolha, o tratamento e a análise das respostas dadas ao questionário utilizado.

3.4.1 Descrição da amostra, método de recolha, tratamento e análise dos dados

A recolha de dados foi efectuada através de questionário (Anexo I) colocado num sítio da *internet*. O pedido de resposta ao questionário foi efectuado através do envio de uma mensagem de correio electrónico dirigida ao director informático de cada uma das 50 entidades com valores cotados na *Euronext* Lisboa que de acordo com a lista publicada pelo CNSA no sítio da *internet*, http://www.cnsa.pt/FAQ/faq_interesse.html, são consideradas de interesse público. Na mensagem enviada esclarecemos o carácter anónimo das respostas e indicámos o *link* que devia ser seguido para aceder e responder ao questionário.

Obtivemos respostas de apenas 27 dessas entidades, contribuindo assim, para que seja uma amostra de dimensão pequena (Hill e Hill, 2005). A amostra em causa é de natureza aleatória.

O questionário é dividido em três partes, sendo constituído por 31 questões. A primeira parte é composta por questões que ajudam à caracterização das entidades de interesse público com valores cotados na *Euronext* Lisboa, a segunda, inclui questões que contribuem para evidenciar a importância do papel dos SI no contexto organizacional e a terceira parte, compreende questões relativas à implementação da 8ª Directiva (revista), contribuindo desta forma para perceber quais os impactos que se verificaram com a implementação da mesma.

O questionário utilizado é composto por perguntas “fechadas” (perguntas que têm um conjunto de respostas alternativas). Os dados recolhidos estão definidos em diferentes escalas de medida, implicando neste caso, diferentes métodos estatísticos para a descrição e análise destas medidas.

Na elaboração de questionários existe a possibilidade de adoptar para as respostas quatro escalas de medida: nominal, ordinal, por intervalos e por rácios. A nossa opção foi pela escala nominal e pela escala ordinal.

No caso da escala nominal temos como opção de resposta ao questionário, “Não” e “Sim”, sendo os seus dados qualitativos. Para efeito de análise dos dados, codificamos cada um dos possíveis valores das diversas variáveis. A título de exemplo: a variável “recurso a *outsourcing* na área de tecnologias e SI”, atribuímos o valor 0 para a opção “Não” e 1 para a opção “Sim”. Relativamente às opções “Sem Opinião” e “Não Aplicável”, não foram consideradas uma vez que as mesmas não foram seleccionadas pelos inquiridos.

A escala ordinal foi utilizada para avaliar a opinião dos inqueridos relativamente a algumas variáveis. Utilizou-se uma escala de 1 a 5, em que 1 = “Muito Fraco”; 2 = “Fraco”; 3 = “Satisfatório”; 4 = “Bom” e 5 = “Muito Bom”, como exemplo temos a variável “importância atribuída aos SI na avaliação do seu desempenho na organização”.

Para a análise e tratamento de dados utilizamos o SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 17. Este programa de análise estatística é utilizado nas Ciências Sociais e apresenta uma excelente componente de cálculo na área da estatística (descritiva e indutiva) que também combina potencialidades de gráficos com uma gestão de dados.

Efectuamos a correlação de *spermans* para verificar a existência de associação entre as variáveis, uma vez que se trata de uma medida de correlação não paramétrica para verificar a associação entre as variáveis de ordem pelo menos ordinal.

4 *Análise dos dados e interpretação dos resultados*

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos através da resposta ao inquérito das 27 entidades de interesse público com valores cotados na *Euronext* Lisboa.

Em primeiro lugar, apresenta-se uma análise descritiva dos dados, posteriormente é feita a análise de inferência estatística através da aplicação do teste de associação (teste de coeficiente de *Spearman*), para as variáveis ordinais com o objectivo de identificar a existência de correlação.

4.1 *Análise descritiva*

4.1.1 *Enquadramento da organização*

As respostas às questões do primeiro grupo, enquadramento da organização, evidenciam as características das entidades, compreendendo a função desempenhada pelo respondente na organização, o sector de actividade da entidade, o número de anos em que a entidade se encontra a exercer a actividade e o número de trabalhadores ao serviço de cada entidade.

No gráfico 1 é apresentada a caracterização da amostra relativamente à função desempenhada pelo respondente na organização. Podemos verificar que de acordo com os 27 respondentes, 63% (n=17) desempenha a função de director de informática, 25,9% (n=7) desempenha outras funções na organização e os restantes 11,1% (n=3) desempenham a função de director financeiro.

O facto da maioria dos respondentes ser director de informática foi benéfico para o desenvolvimento deste trabalho, na medida em que têm um melhor conhecimento relativamente aos SI e de eventuais impactos decorrentes da implementação da 8ª Directiva (revista).

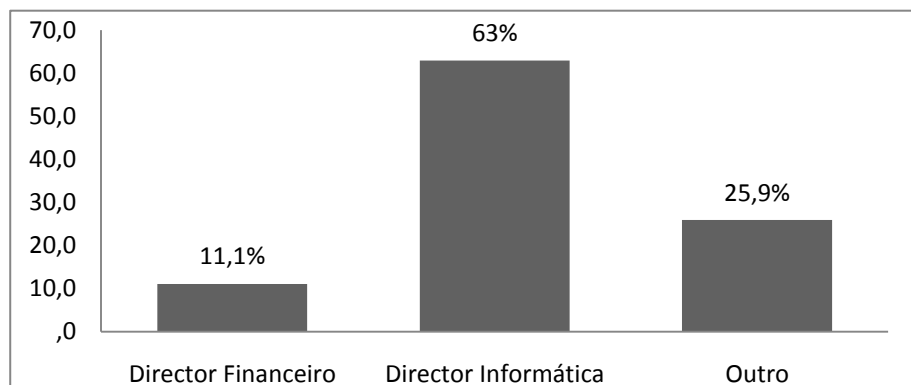


Gráfico 1 – Função desempenhada pelos respondentes

No gráfico 2 é feita a caracterização da amostra relativamente ao sector de actividade. Pode verificar-se que de acordo com os 27 respondentes, 55,6% (n=15) das entidades pertencem ao sector terciário, 25,9% (n=7) das entidades pertencem ao sector secundário e as restantes 18,5% (n=5) pertencem ao sector primário.

A maioria das entidades que constituem a amostra seleccionada pertence ao sector terciário. Isto denota a importância que este sector assume, actualmente, devido aos avanços tecnológicos, aumento significativo das actividades relacionadas com os transportes, as prestações de serviços, o comércio, entre outros.

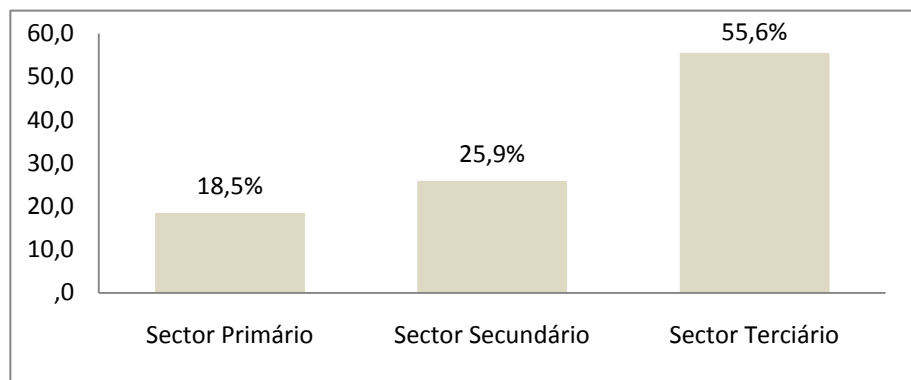


Gráfico 2 – Sector de actividade a que pertencem as entidades

No gráfico 3 apresentamos a caracterização da amostra relativamente ao número de anos de exercício da actividade. Podemos verificar que de acordo com os 27 respondentes, 51,9% (n=14) das entidades exercem a sua actividade há mais de 40 anos, 37% (n=10) das entidades exercem a sua actividade entre 10 a 20 anos, 7,4% (n=2) das entidades exercem a sua actividade entre 20 a 40 anos e os restantes 3,7% (n=1) exercem a sua actividade há menos de 10 anos.

O facto da maioria das entidades, actuarem no mercado há mais de 40 anos indica que tais entidades têm vindo a ultrapassar e a sobreviver às diversas mutações a nível mundial, tendo como apoio as suas experiências e conhecimentos estratégicos para alcançarem os seus objectivos.

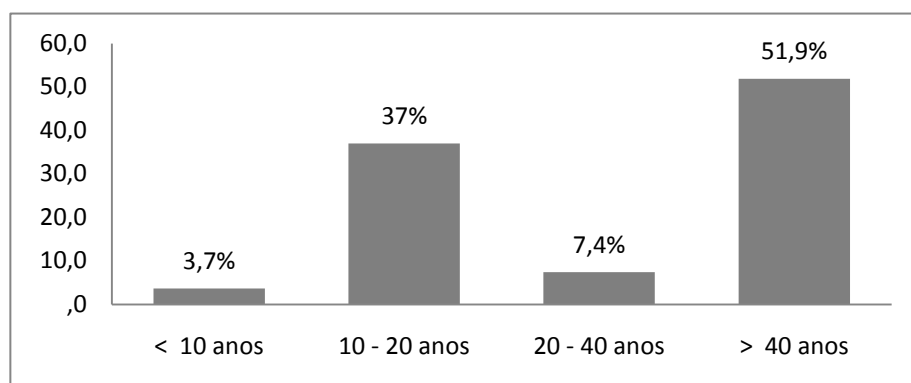


Gráfico 3 – Número de anos de exercício da actividade no mercado

No gráfico 4 é caracterizada a amostra relativamente ao número de trabalhadores. Podemos verificar que de acordo com os 26 respondentes, 73,1% (n=19) das entidades têm mais de 500 trabalhadores o que indica tratar-se de grandes empresas, 23,1% (n=6) das entidades têm entre 100 a 500 trabalhadores, podendo ser igualmente consideradas grandes empresas e as restantes 3,8% (n=1) têm entre 50 a 100 trabalhadores podendo ser consideradas médias empresas.

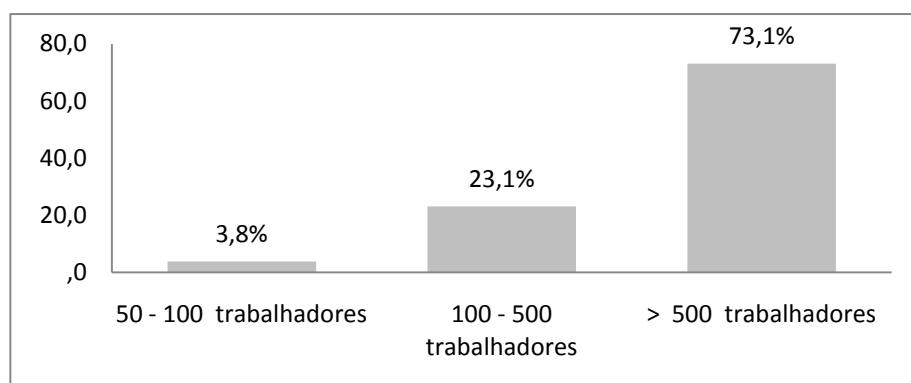


Gráfico 4 – Número de trabalhadores das entidades

4.1.2 Os sistemas de informações e a organização

Tal como foi referido no capítulo anterior, a segunda parte do questionário destina-se a fazer o levantamento do relacionamento entre os SI e a organização, tendo por finalidade perceber a importância que estes representam na organização.

No gráfico 5 é mostrada a importância atribuída aos SI na avaliação do desempenho da organização. Podemos verificar que de acordo com os 24 respondentes, 54,2 % (n=13) das entidades consideram “Muito Bom” 37,5% (n=9) entidades consideram “Bom” e 8,3% (n=2) das entidades consideram apenas “Satisfatório” a importância dos SI na avaliação do seu desempenho.

O facto da maioria das entidades ter considerado “Muito Bom” a importância dos SI na avaliação do desempenho, sugere que estas entidades reconhecem a importância da utilização eficiente dos SI na competitividade das organizações.

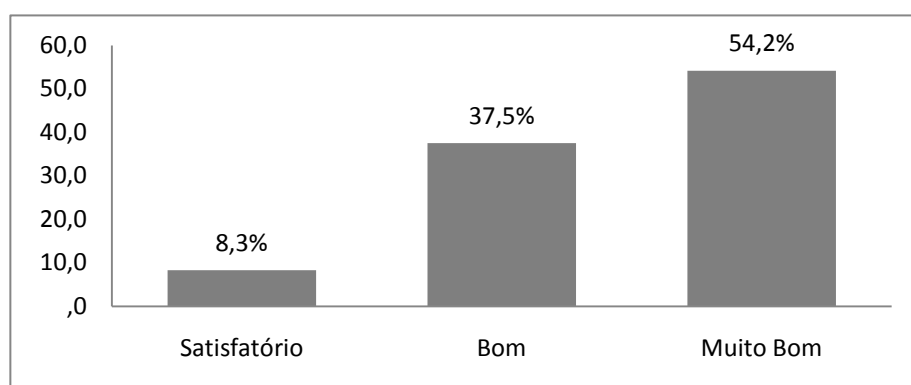


Gráfico 5 - A importância dos SI na avaliação do desempenho

No gráfico 6 é apresentada a classificação dos indicadores de gestão proporcionados pelos SI aos diferentes níveis da organização. Podemos verificar que de acordo com os 27 respondentes, 66,7% (n=18) das entidades consideram “Bom”, 22,2% (n=6) das entidades consideram “Muito Bom” 7,4% (n=2) das entidades consideram “Muito Fraco” e 3,7 % (n=1) considera apenas “Satisfatório” os indicadores de gestão proporcionados pelos SI aos diferentes níveis da organização.

A maioria das entidades classifica como “Bom” o contributo dos SI relativamente à obtenção de indicadores de apoio à gestão nos diferentes níveis da organização, o que indicia o reconhecimento da importância dos seus SI.

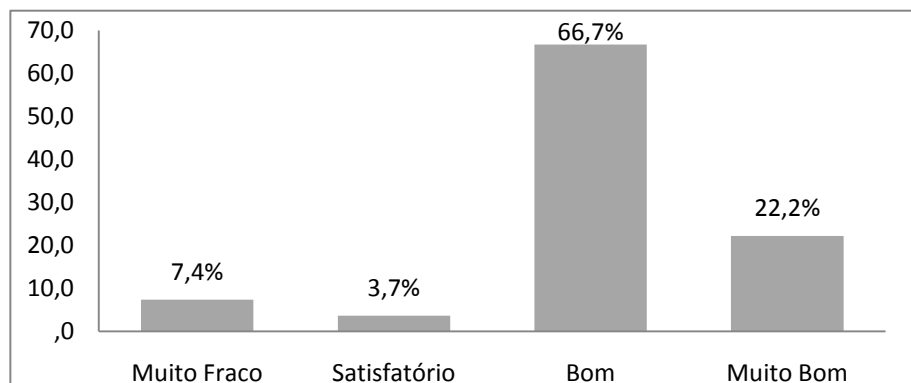


Gráfico 6 – Classificação dos SI relativamente à obtenção de indicadores de apoio à gestão

O contributo dos SI no desempenho da organização em situações de crise é apresentado no gráfico 7. Podemos verificar que de acordo com os 26 respondentes, 46,2% (n=12) das entidades consideram “Bom” 38,5% (n=10) das entidades consideram “Muito Bom”, 7,7% (n=2) das entidades consideram “Satisfatória” e 7,7% (n=2) das entidades consideram “Muito Fraco” o contributo dos SI para o desempenho em situações de crise.

Os resultados parecem indicar que as entidades vêm nos SI um meio eficaz de enfrentar os problemas que surgem em contexto de crise, permitindo ultrapassar mais facilmente essas situações com recurso aos instrumentos disponibilizados pelos SI.

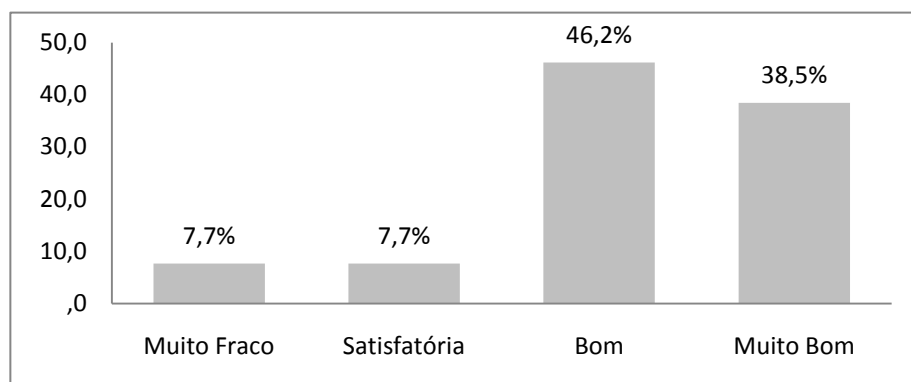


Gráfico 7 - O contributo dos SI para o desempenho

No gráfico 8 é apresentado o contributo dos SI para a eficiência global da organização. Podemos verificar que de acordo com os 25 respondentes, 52% (n=13), 44% (n=11) e 4% (n=1) das entidades consideram, respectivamente, “Bom”, “Muito Bom” e “Satisfatório” o contributo dos SI para a sua eficiência global.

Os resultados parecem indicar que a maioria das entidades considera positivo o contributo dos SI para a sua eficiência global, o que demonstra a importância dos SI na consecução dos objectivos definidos pelas entidades, estimulando o crescimento destas no mercado.

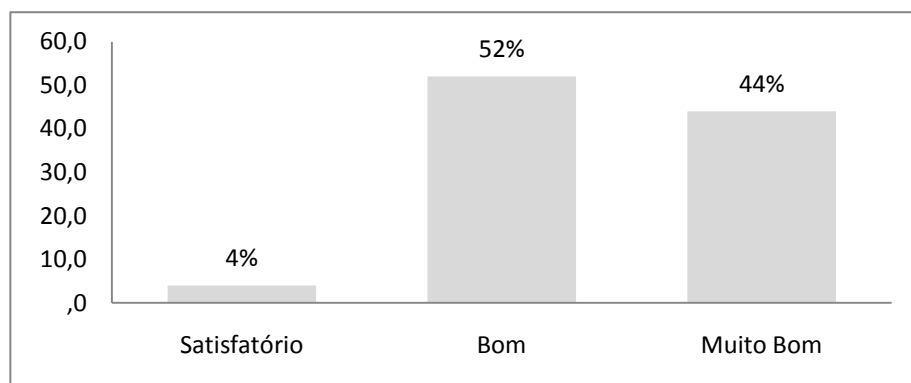


Gráfico 8 - O contributo dos SI para a eficiência global

O impacto nos SI das políticas reguladoras internas é mostrado no gráfico 9. Podemos verificar que de acordo com os 26 respondentes, 61,5% (n=16) das entidades consideram “Bom”, 19,2% (n=5) das entidades consideram “Muito Bom”, 11,5% (n=3) das entidades consideram “Satisfatório”, 7,7% (n=2) consideram “Muito Fraco” o impacto nos SI das políticas reguladoras internas.

Os resultados indicam que a maioria das entidades considera positivo o impacto nos SI das políticas internas. Assim, é reconhecida a utilidade das normas internas como instrumento de melhoria contínua dos SI.

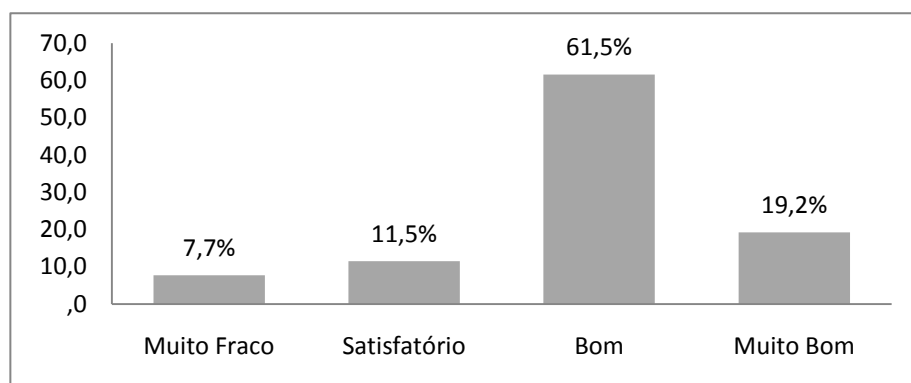


Gráfico 9 - O impacto nos SI das políticas reguladoras internas

No gráfico 10 é visualizado o impacto nos SI das políticas reguladoras externas. Pode-se verificar que de acordo com os 25 respondentes, 56% (n=14), 28% (n=7), 12% (n=3) e 4% (n=1) das entidades consideram, respectivamente, “Bom”, “Satisfatório”, “Muito Bom” e “Muito Fraco” o impacto nos SI das políticas reguladoras externas.

A maioria das entidades é de opinião de que o impacto das políticas reguladoras externas é positivo nos seus SI. Assim, os SI ficam melhor preparados para dar resposta aos desafios dos mercados.

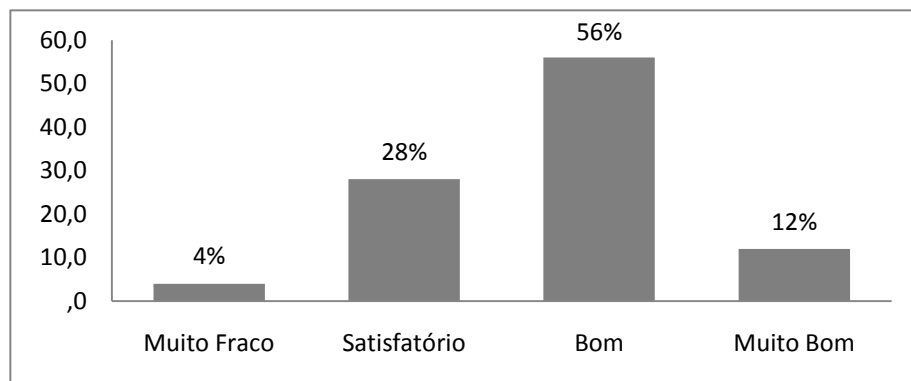


Gráfico 10 - O impacto nos SI das políticas reguladoras externas

No gráfico 11 é apresentada a existência de um plano de formação profissional relativamente aos utilizadores das tecnologias de informação. Pode-se verificar que de acordo com os 27 respondentes, 92,6% (n=25) das entidades escolheram “Sim” como resposta, ou seja, admitem ter um plano de formação profissional para os utilizadores das tecnologias de informação e 7,4% (n=2) das entidades escolheram “Não” como resposta, ou seja, não existe um plano de formação profissional para os utilizadores das tecnologias de informação.

A maioria das entidades tem um plano de formação profissional para os utilizadores das suas tecnologias de informação, proporcionando uma mais-valia para essas entidades, visto que, o conhecimento das tecnologias de informação por parte dos utilizadores faz com que estes possam ser mais eficientes na realização das suas tarefas.

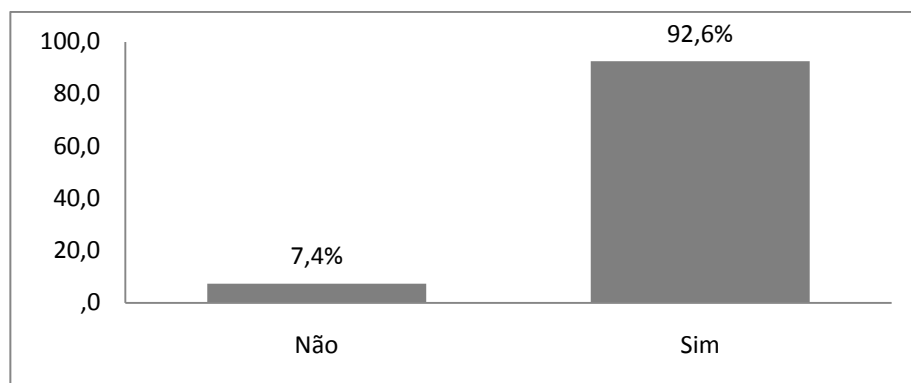


Gráfico 11 - Plano de formação profissional para os utilizadores das tecnologias de informação

A importância da existência de um plano de formação profissional no desempenho dos SI da organização é mostrado no gráfico 12. Podemos verificar que de acordo com os 23 respondentes, 56,5% (n=13) das entidades consideram “Bom”, 17,4% (n=4) das entidades consideram “Satisfatório”, 13% (n=3) das entidades consideram “Muito Bom”, 8,7% (n=2) das entidades consideram “Muito Fraco” e 4,3% (n=1) das entidades consideram “Fraco” a importância de um plano de formação profissional no desempenho dos seus SI.

A maioria das entidades faz uma avaliação positiva da importância de ter um plano de formação profissional no desempenho dos seus SI, visto que contribui para a realização eficiente das funções dos utilizadores ao mesmo tempo que ajuda na consecução dos objectivos estabelecidos pelas entidades.

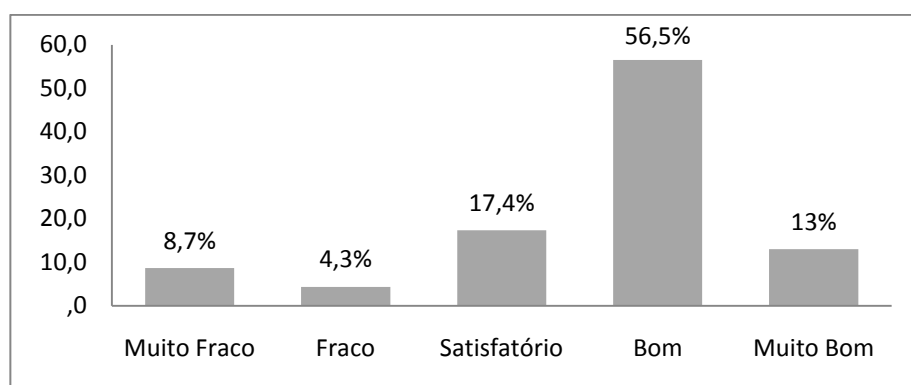


Gráfico 12 - A importância do plano de formação profissional no desempenho dos SI

O gráfico 13 permite verificar a existência de um departamento responsável pelas tecnologias e SI na organização. A totalidade dos 27 respondentes admite que as entidades que representam têm um departamento responsável pelas tecnologias e SI, indiciando a sua preocupação com o seu bom desempenho.

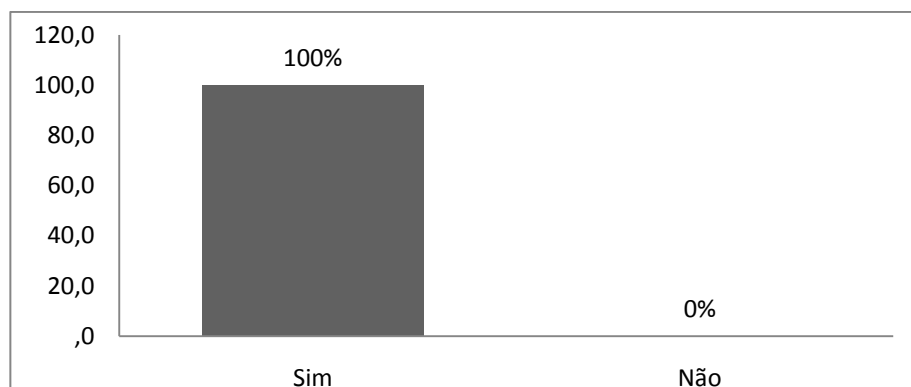


Gráfico 13 - Existência de um departamento responsável pelas tecnologias e SI

No gráfico 14 é apresentado o recurso a *outsourcing* na área de tecnologias e SI. Podemos verificar que de acordo com os 27 respondentes, 92,6% (n=25) das entidades escolheram “Sim”, ou seja, admitem recorrer a *outsourcing* na área de tecnologias e SI e os restantes 7,4% (n=2) escolheram “Não”, ou seja, não recorrem a *outsourcing* na área de tecnologias e SI.

A maioria das entidades apesar de terem um departamento de tecnologias e SI recorrem a *outsourcing*, ou seja, recorrem à contratação de serviços externos na área de tecnologias e SI, o que pode ser uma vantagem para estas entidades, pois, podem concentrar e supervisionar outras áreas deixando a área de tecnologias e SI a cargo dos subcontratados.

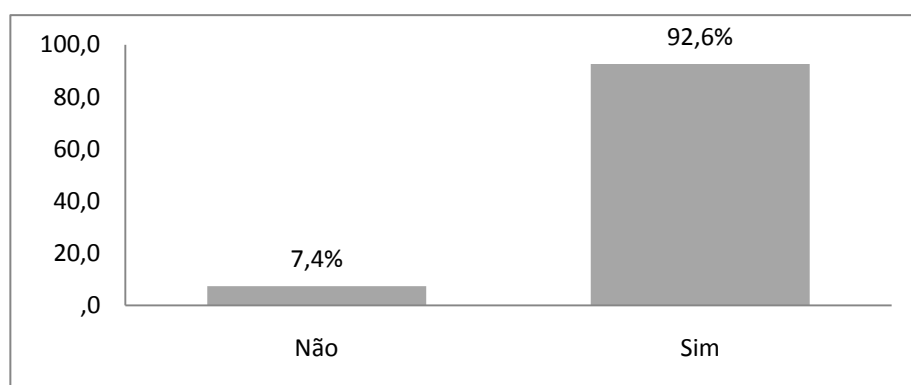


Gráfico 14 – Recurso a *outsourcing* na área de tecnologias e SI

O gráfico 15 é relativo à existência de planeamento estratégico de SI devidamente elaborado e actualizado na organização. Pode verificar-se que de acordo com os 27 respondentes, 85,2% (n=23) das entidades escolheram “Sim” como resposta, ou seja, admitem ter um planeamento estratégico de SI, devidamente elaborado e actualizado e 14,8% (n=4) das entidades escolheram “Não” como resposta, ou seja, não têm um planeamento estratégico de SI, devidamente elaborado e actualizado.

A maioria das entidades têm um plano estratégico de SI devidamente elaborado e actualizado, o que constitui uma vantagem para estas, uma vez que a existência de um plano estratégico de SI, segundo Reis (1993) permite utilizar os SI tendo em vista diminuir os custos operacionais e fornecer informações à gestão, de forma a aumentar o valor do negócio e consequentemente ajudar a proteger a entidade de ameaças.

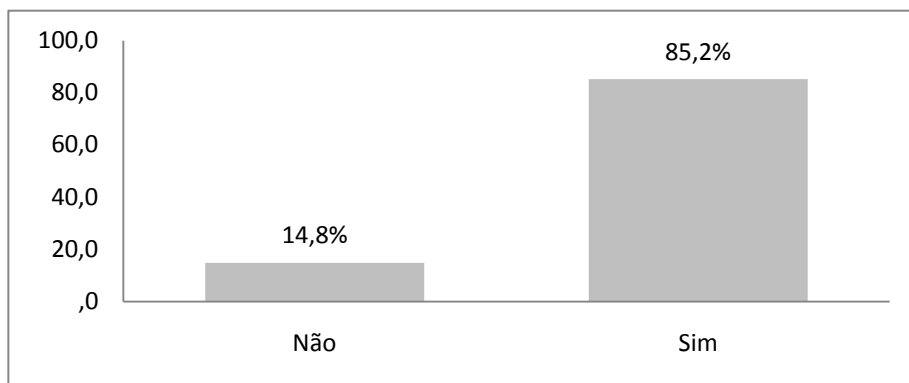


Gráfico 15 - Planeamento Estratégico de SI

No gráfico 16 é mostrada a avaliação feita pelos utilizadores dos SI da organização. Podemos verificar que de acordo com os 26 respondentes, 53,8% (n=14) das entidades consideram “Bom”, 30,8% (n=8) das entidades consideram “Satisfatório”, 11,5% (n=3) das entidades consideram “Muito Fraco” e 3,8% (n=1) das entidades consideram “Fraco” a avaliação dos SI utilizados.

A maioria dos utilizadores dos SI avalia de forma positiva os SI utilizados nas entidades, o que indicia que esses utilizadores admitem a importância dos SI nas entidades.

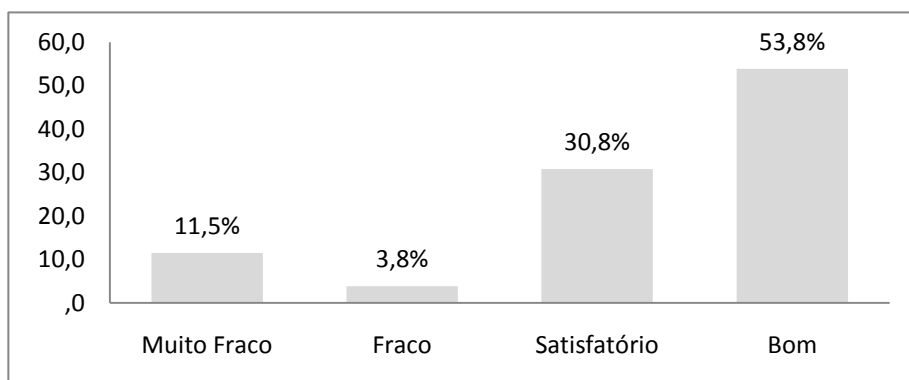


Gráfico 16 - Avaliação dos SI pelos utilizadores

A existência de um sistema de controlo interno para os SI é apresentada no gráfico 17. Pode verificar-se que de acordo com os 27 respondentes, 81,5% (n=22) das entidades escolheram “Sim” como resposta, ou seja, admitem ter um sistema de controlo interno para os SI e os restantes 18,5 % (n=5) escolheram “Não”, ou seja, não têm um sistema de controlo interno para os SI.

A maioria das entidades possui um sistema de controlo interno para os SI, o que representa um ponto forte, permitindo reforçar e aperfeiçoar de forma eficiente os recursos das

entidades para que estas consigam a uniformização e cumprimento de normas internas, originando informações fidedignas, que auxiliem na tomada de decisão.

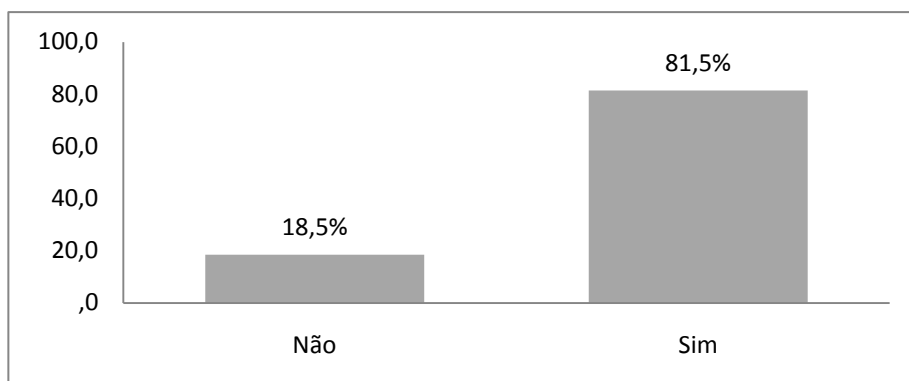


Gráfico 17 - Existência de sistema de controlo interno para os SI

4.1.3 Implementação da 8ª Directiva (revista)

As questões do terceiro grupo permitem conhecer quais os impactos da implementação da 8ª Directiva (revista) nas organizações.

No gráfico 18 apresentamos o grau de implementação da 8ª Directiva (revista) na organização. Pode-se verificar que de acordo com os 19 respondentes, 36,8% (n=7) das entidades consideram “Muito Bom”, 36,8% (n=7) das entidades consideram “Bom”, 21,1% (n=4) das entidades consideram “Satisfatório” e 5,3% (n=1) das entidades consideram “Muito fraco” o grau da implementação da 8ª Directiva (revista).

Conforme podemos verificar a maioria das entidades considera de forma positiva o grau de implementação da 8ª Directiva (revista). O que indicia o seu grau de satisfação relativamente à forma como se processou a implementação dos requisitos estabelecidos na referida Directiva.

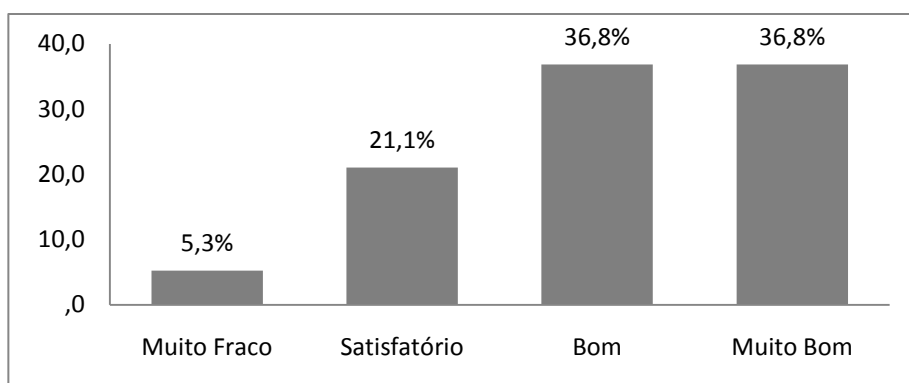


Gráfico 18 – O grau de implementação da 8ª Directiva (revista)

O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI das organizações é mostrado no gráfico 19. Podemos verificar que de acordo com os 21 respondentes, 28,6 % (n=6) das entidades consideram “Bom”, 28,6 % (n=6) das entidades consideram “Satisfatório”, 19% (n=4) das entidades consideram “Muito Fraco”, 14,3% (n=3) das entidades consideram “Muito Bom” e 9,5% (n=2) das entidades consideram “Fraco” o impacto da 8ª Directiva (revista) nos seus SI.

A maioria das entidades considera que a implementação da 8ª Directiva (revista) teve impacto positivo nos seus SI, o que indicia que este impacto proporcionou vantagens para as entidades, aumentando a qualidade dos trabalhos desenvolvidos com base nas informações prestadas pelos SI.

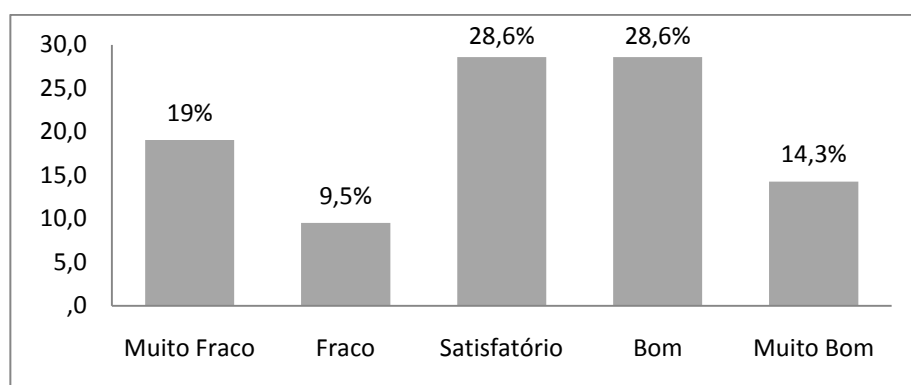


Gráfico 19 - O impacto da 8ª Directiva (revista) nos SI

No gráfico 20 apresentam-se as alterações provocadas pela implementação da 8ª Directiva (revista) nos fluxos de documentação da organização. Pode-se verificar que dos 27 respondentes, 59,3% (n=16) escolheram “Não” como resposta, ou seja, a implementação da 8ª Directiva (revista) não provocou qualquer alteração nos fluxos de documentação, os restantes 40,7% (n=11) escolheram “Sim”, ou seja, admitem que a implementação da 8ª Directiva (revista) provocou alterações nos fluxos de documentação.

A maioria das entidades respondeu de forma negativa relativamente ao impacto que a 8ª Directiva (revista) teve nos seus fluxos de documentação, ou seja, estas declararam que a implementação da 8ª Directiva (revista) não teve qualquer influência relativamente às quantidades dos documentos existente nelas.

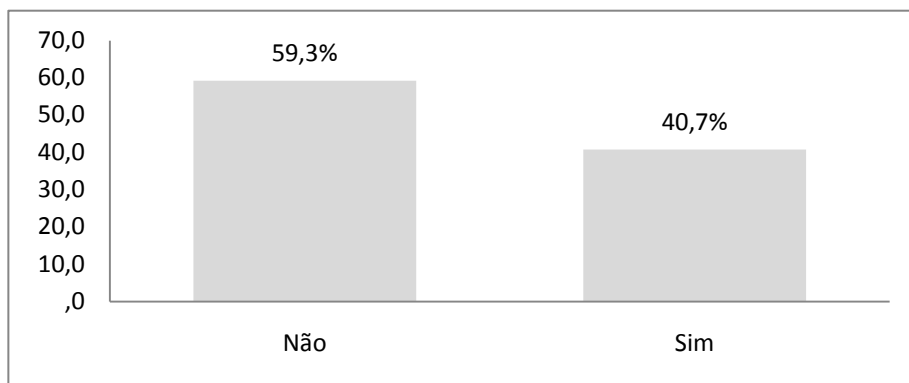


Gráfico 20 - Alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) no fluxo de documentação

As alterações provocadas pela implementação da 8ª Directiva (revista) no sistema de controlo interno são mostradas no gráfico 21. Pode verificar-se que de acordo com os 27 respondentes, 66,7% (n=18) das entidades escolheram “Não” como resposta, ou seja, a implementação da 8ª Directiva (revista) não provocou nenhuma alteração nos seus sistemas de controlo interno, as restantes 33,3% (n=9) das entidades escolheram “Sim”, ou seja, a implementação da 8ª Directiva (revista) provocou alterações nos seus sistemas de controlo interno.

A maioria das entidades responderam de forma negativa sobre as alterações que a implementação da 8ª Directiva (revista) provocou nos seus sistemas de controlo interno, ou seja, não houve qualquer alteração nos seus sistemas de controlo interno.

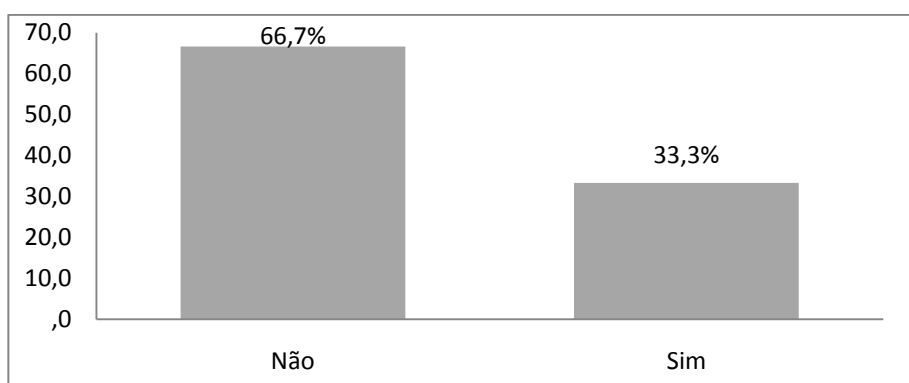


Gráfico 21 - Alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) no sistema de controlo interno

No gráfico 22 é apresentado o grau de alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) nos sistemas de controlo interno. Pode-se verificar que de acordo com os 8 respondentes, 87,5% (n=7) das entidades consideram “Satisfatório”, o grau de alterações provocadas pela

8ª Directiva (revista) nos seus sistemas de controlo interno 12,5% (n=1) das entidades considera “Bom”.

A maioria das entidades respondeu de forma positiva, considerando que as alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) nos seus sistemas de controlo interna foram benéficas.

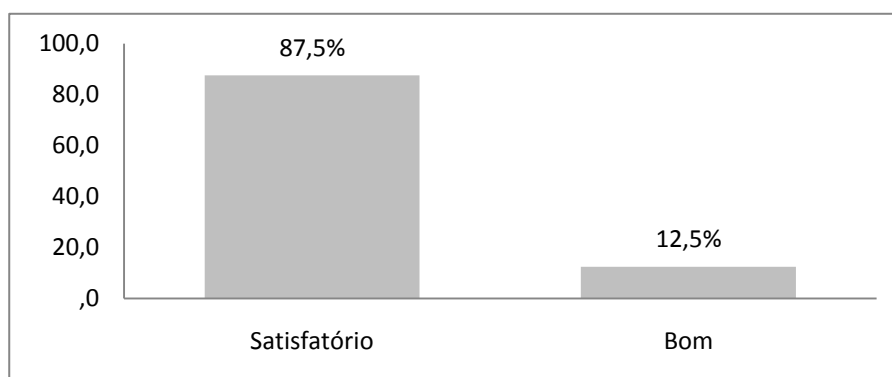


Gráfico 22 - Grau de alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) no sistema de controlo interno

No gráfico 23 é mostrado se o registo e a documentação das alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista), no sistema de controlo interno, são adequados. Podemos verificar que de acordo com os 22 respondentes, 59,1% (n=13) das entidades escolheram “Sim” como resposta, essas empresas efectuaram o registo e a documentação das alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) nos seus sistemas de controlo interno 40,9% (n=9) das entidades escolherem “Não”, ou seja, não efectuaram o registo e a documentação das alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) nos seus sistemas de controlo interno.

A maioria das entidades registou e documentou as alterações provocadas pela 8ª Directiva nos seus sistemas de controlo interno, sendo positivo para as mesmas na medida em que permitiu verificar quais foram os pontos alterados e de que forma isso aconteceu.

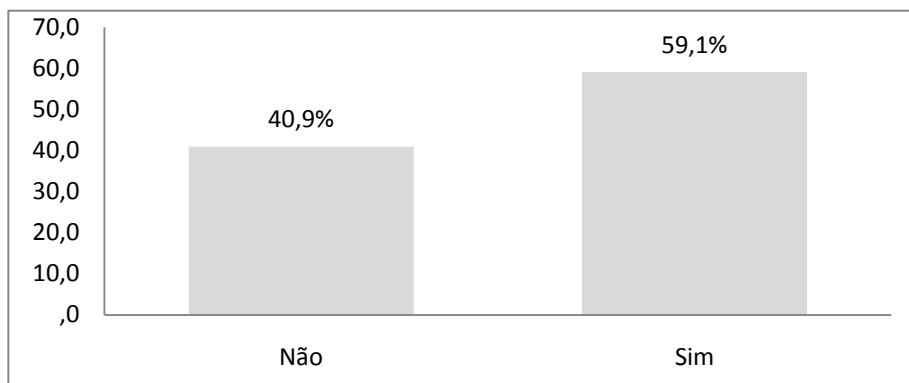


Gráfico 23 - O registo e documentação das alterações provocadas pela 8ª Directiva (revista) no sistema de controlo interno

No gráfico 24 é apresentada a avaliação do custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista). Pode verificar-se que de acordo com os 15 respondentes, 40% (n=6) das entidades consideram “Satisfatório”, 20% (n=3) das entidades consideram “Bom”, 20% (n=3) das entidades consideram “Muito Fraco”, 13,3 % (n=2) das entidades consideram “Fraco” e 6,7 (n=1) das entidades consideram “Muito Bom” o custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista).

A maioria das entidades respondeu de forma positiva relativamente à avaliação do custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista), considerando-o razoável.

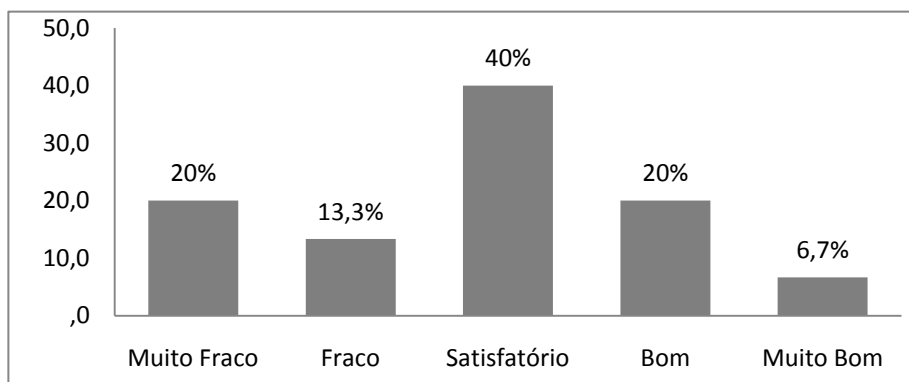


Gráfico 24 - Avaliação do custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista)

No gráfico 25 é apresentada a forma de proceder caso se verificasse hoje a implementação da 8ª Directiva (revista). De acordo com os 24 respondentes, 83,3% (n=20) das entidades escolheram “Sim”, significando que procederiam da mesma forma caso tivessem que fazer hoje a implementação da 8ª Directiva (revista) e 16,7% (n=4) das entidades escolheram “Não”, ou seja, procederiam de forma diferente caso tivessem que fazer hoje a implementação da 8ª Directiva (revista).

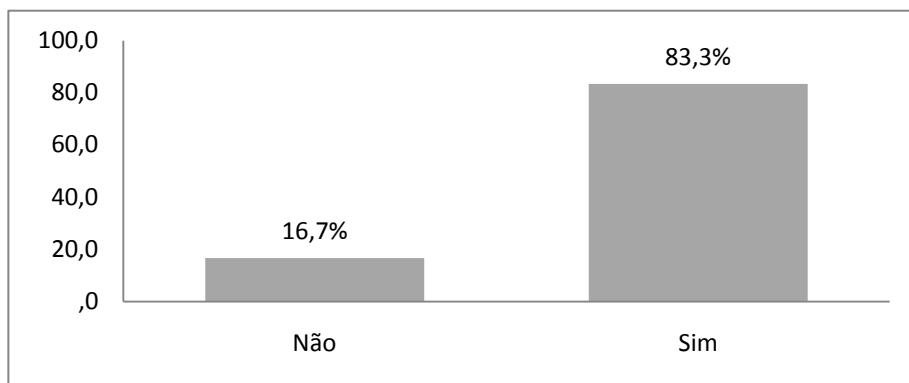


Gráfico 25 – Como se procederia se se verificasse hoje a implementação da 8ª Directiva (revista)

No gráfico 26 é mostrada a redução de alguns custos com a implementação da 8ª Directiva (revista). Pode-se verificar que de acordo com os 26 respondentes, 53,8% (n=14) das entidades escolheram “Não”, ou seja, essas entidades não consideram que caso tivessem que implementar a 8ª Directiva (revista) hoje teriam reduzido os custos, as restantes 46,2% (n=12) escolheram “Sim”, considerando que teriam reduzido os custos.

A maioria das entidades responderam de forma negativa ao facto de reduzirem o custo caso tivessem de implementar a 8ª Directiva (revista) hoje, tal indicia que as mesmas implementaram a referida Directiva cumprindo os requisitos indispensáveis.

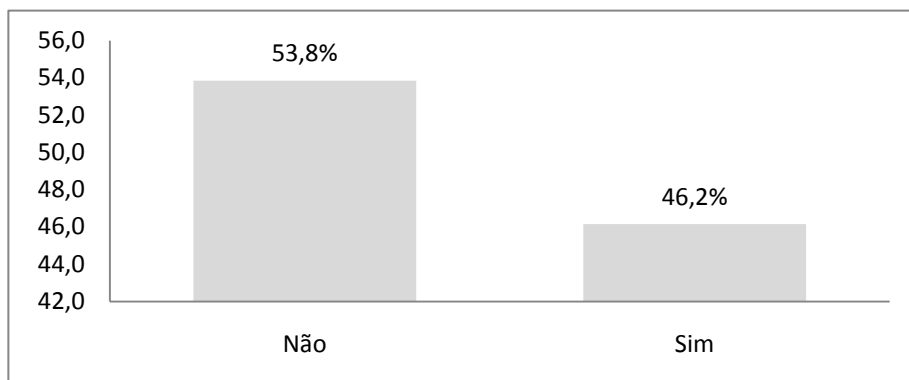


Gráfico 26 - Redução de custos com a implementação da 8ª Directiva (revista)

No gráfico 27 é apresentada a implementação da 8ª Directiva (revista) com recurso a *outsourcing*. Pode-se verificar que de acordo com os 26 respondentes, 65,4% (n=17) das entidades escolheram “Sim”, essas empresas recorreram a *outsourcing* para fazer a implementação da 8ª Directiva (revista) 34,6% (n=9) das entidades escolheram “Não”, ou seja, aquando da implementação da 8ª Directiva (revista) não recorreram *outsourcing*.

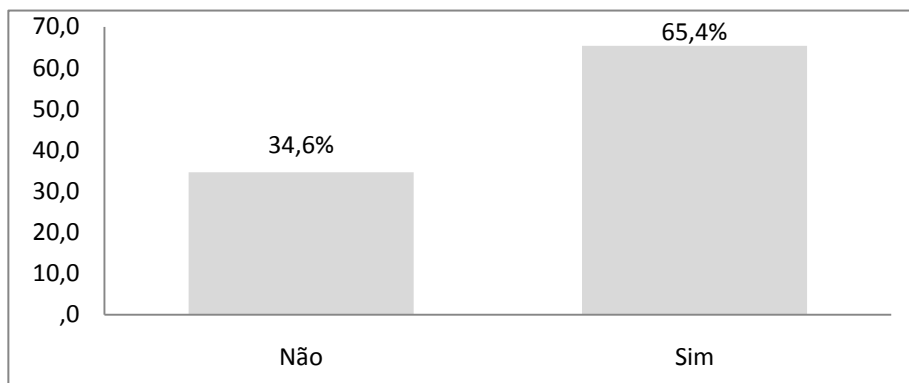


Gráfico 27 - A implementação da 8ª Directiva (revista) com recurso a *outsourcing*

No gráfico 28 mostramos a necessidade de se efectuar a revisão total dos SI na fase da implementação da 8ª Directiva (revista). Podemos verificar que de acordo com os 26 respondentes, 84,6% (n=22) das entidades escolheram “Não”, ou seja, aquando da fase da implementação da 8ª Directiva (revista) não houve a necessidade de fazer a revisão total dos SI e 15,4% (n=4) das entidades escolheram “Sim”, indicando que aquando da fase da implementação da 8ª Directiva (revista) houve a necessidade de fazer a revisão total dos SI.

A maioria das entidades responderam de forma negativa relativamente à necessidade de efectuar a revisão total dos SI na fase da implementação da 8ª Directiva (revista), isto indicia que as mesmas possuem um SI eficiente capaz de responder às necessidades e concretizar os objectivos definidos.

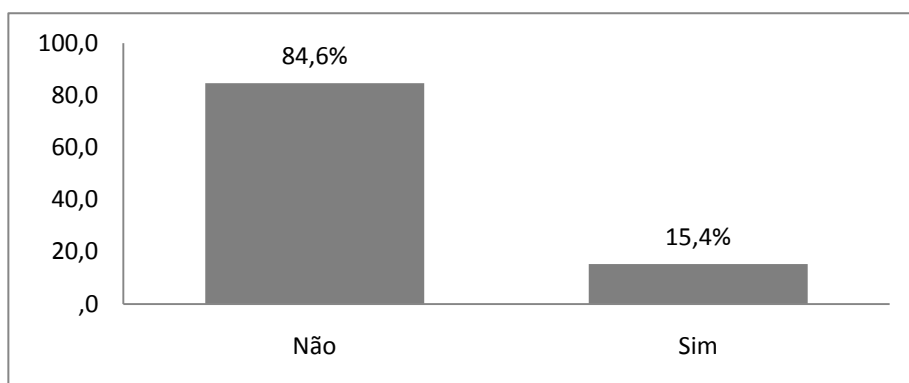


Gráfico 28 - Necessidade de rever totalmente os SI na fase da implementação da 8ª Directiva (revista)

No gráfico 29 é mostrada a necessidade de criar mecanismos de controlo interno para responder aos requisitos da 8ª Directiva (revista). Pode-se verificar que de acordo com os 26 respondentes, 50% (n=13) das entidades escolheram “Sim”, ou seja, tiveram necessidade de criar mecanismos de controlo interno para responder aos requisitos da 8ª

Directiva (revista) e 50% (n=13) escolheram “Não”, ou seja, não tiveram necessidade de criar mecanismos de controlo interno para responder aos requisitos da 8ª Directiva (revista).

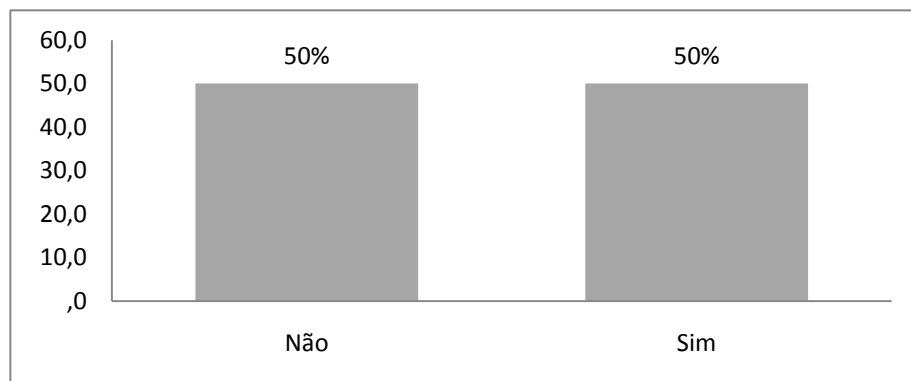


Gráfico 29 - Necessidade de criar mecanismos de controlo interno para responder aos requisitos da 8ª Directiva (revista)

A fiabilidade dos SI com a implementação da 8ª Directiva (revista) é mostrada no gráfico 30. De acordo com os 26 respondentes, 53,8% (n=14) escolheram “Sim”, ou seja, consideram que a implementação da 8ª Directiva (revista) tornou os SI mais fiáveis e 46,2% (n=12) das entidades escolheram “Não”, ou seja, consideram que a implementação da 8ª Directiva (revista) não tornou os SI mais fiáveis.

A maioria das entidades respondeu de forma positiva. Isto representa uma mais-valia para estas entidades, pois tendo SI mais fiáveis poderão obter informações mais credíveis e em tempo oportuno, contribuindo para o sucesso destas entidades.

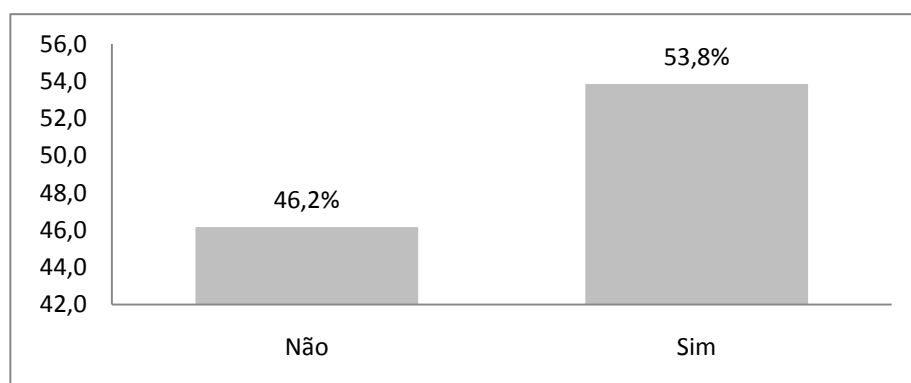


Gráfico 30 – Fiabilidade dos SI com a implementação da 8ª Directiva (revista)

No gráfico 31 apresenta-se a existência formal de uma política de adequação dos SI à 8ª Directiva (revista). De acordo com os 25 respondentes, 56% (n=14) das entidades

escolheram “Sim”, significando que têm uma política formal de adequação dos SI à 8ª Directiva (revista) e 44% (n=11) entidades escolheram “Não”, significando que não têm uma política formal de adequação dos SI à 8ª Directiva (revista).

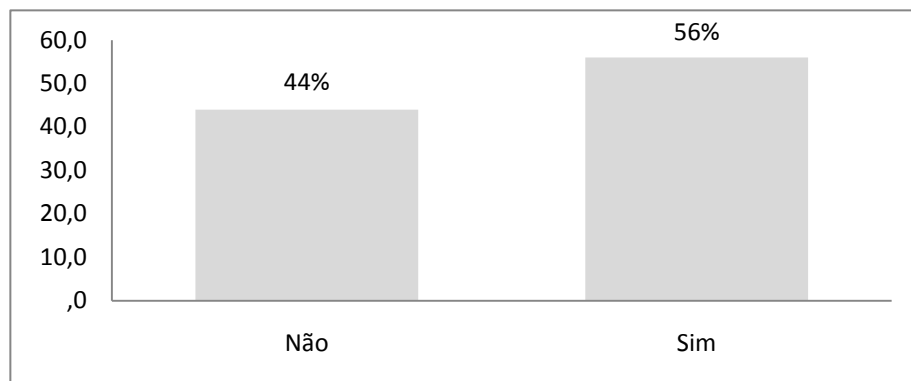


Gráfico 31 - Existência formal de uma política de adequação dos SI à 8ª Directiva (revista)

4.2 Análise de inferência estatística

O poder da relação entre as variáveis qualitativas faz-se utilizando as medidas de associação (Pestana e Gageiro, 2008).

Com o objectivo de verificar a associação entre as variáveis de pesquisa foi aplicado o teste de correlação de *Spearman* com nível de significância de 0,01 e os resultados serão analisados seguidamente.

4.2.1 Análise de hipóteses

Tal como referimos, utilizamos o teste de correlação de *Spearman* para verificar a associação entre as variáveis.

Assim, no que se refere à hipótese H1: "O impacto da implementação 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com o custo associado à implementação da mesma Directiva" apresentamos na tabela 1 os resultados do teste.

| <i>Variável</i> | <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista)</i> |
|--|--|--|
| <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | 1 (0,000) | |
| <i>custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista)</i> | 0,753** (0,001) | 1 (0,000) |
| Notas: a) <i>p-value</i> entre parênteses b) ** Nível de significância de 1% | | |

Tabela 1- Correlação de *Spearman* entre as variáveis “*impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI*” e “*custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista)*”.

Através dos resultados apresentados na tabela 1 é possível verificar que existe uma correlação significativa e positiva entre as variáveis impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI e o custo associado à implementação da 8ª Directiva (revista). O coeficiente de correlação de *Spearman* (ρ) apresenta o valor de 0,753 (75,3%), sendo o *p-value* = 0,001 abaixo do nível de significância adoptado na pesquisa (0.01), logo aceita-se a hipótese H1, pois existe relação entre estas duas variáveis. Assim, o impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com o custo associado à implementação que a mesma Directiva causou às organizações.

Os resultados obtidos para a hipótese H2: "O impacto da implementação da 8ª Directiva revista nos SI está relacionado com a importância que os SI assumem na avaliação do desempenho da organização" são evidenciados na tabela 2.

| <i>Variável</i> | <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>importância dos SI na avaliação do desempenho da organização</i> |
|---|--|---|
| <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | 1 (0,000) | |
| <i>importância dos SI na avaliação do desempenho da organização</i> | 0,247 (0,294) | 1 (0,000) |
| Notas: a) <i>p-value</i> entre parênteses | | |

Tabela 2- Correlação de *Spearman* entre as variáveis “*impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI*” e “*importância dos SI na avaliação do desempenho da organização*”.

Através dos resultados apresentados na tabela 2 é possível verificar que o valor do coeficiente de correlação é de 0,247 (24,7%), com *p-value* = 0,249. Assim, conclui-se que existe uma correlação não significativa pois *p-value* > 0,01. Logo, rejeita-se H2, pois as

variáveis impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI e importância dos SI na avaliação do desempenho da organização não estão directamente relacionadas.

Na tabela 3 apresentamos os resultados do teste para a hipótese H3: "O impacto da implementação da 8ª Directiva revista nos SI está relacionado com a importância do plano de formação profissional no desempenho dos SI".

| <i>Variável</i> | <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>importância do plano de formação profissional no desempenho dos SI</i> |
|--|--|---|
| <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>1</i> <i>(0,000)</i> | |
| <i>importância do plano de formação profissional no desempenho dos SI</i> | <i>0,706**</i> <i>(0,000)</i> | <i>1</i> <i>(0,000)</i> |
| Notas: b) <i>p-value</i> entre parênteses c) ** Nível de significância de 1% | | |

Tabela 3- Correlação de Spearman entre as variáveis “*impacto da 8ª Directiva (revista) nos SI*” e a “*importância do plano de formação profissional no desempenho dos SI*”.

Através dos resultados apresentados na tabela 3, pode-se constatar que o valor do coeficiente de correlação é de 0,706 (70,6%), com *p-value* = 0,000, mostrando que existe uma correlação significativa e positiva. Assim, aceita-se H3, pois as variáveis impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI e a importância do plano de formação profissional no desempenho dos SI estão relacionadas.

Na tabela 4 apresentam-se os resultados para a hipótese H4: "O impacto da implementação da 8ª Directiva revista nos SI está relacionado com o contributo dos SI para a eficiência global da organização".

| <i>Variável</i> | <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>contributo dos SI para a eficiência global da organização</i> |
|--|--|--|
| <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>1</i> <i>(0,000)</i> | |
| <i>contributo dos SI para a eficiência global da organização</i> | <i>0,543**</i> <i>(0,006)</i> | <i>1</i> <i>(0,000)</i> |
| Notas: a) <i>p-value</i> entre parênteses b) ** Nível de significância de 1% | | |

Tabela 4- Correlação de Spearman entre as variáveis “*impacto da 8ª Directiva (revista) nos SI*” e o “*contributo dos SI para a eficiência global da organização*”.

Observando a tabela 4 pode-se verificar que o valor de coeficiente de correlação é de 0,543 (54,3%), com $p\text{-value} = 0,006$ concluindo-se que existe correlação positiva e significativa, pois $p\text{-value} < 0,01$. Desta forma, aceita-se H4, pois as variáveis impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI e o contributo de SI para a eficiência da organização estão relacionadas.

Na tabela 5 apresenta-se os resultados para a hipótese H5: "O impacto da implementação da 8ª Directiva revista nos SI está relacionado com o impacto dos SI nas políticas reguladores internas".

| <i>Variável</i> | <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>impacto dos SI nas políticas reguladores internas</i> |
|--|--|--|
| <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>1 (0,000)</i> | |
| <i>impacto dos SI nas políticas reguladores internas</i> | <i>0,113 (0,317)</i> | <i>1 (0,000)</i> |
| Nota: a) $p\text{-value}$ entre parênteses | | |

Tabela 5- Correlação de *Spearman* entre as variáveis “*impacto da 8ª Directiva (revista) nos SI*” e “*impacto dos SI nas políticas reguladores internas*”.

Através dos resultados apresentados na tabela 5, pode-se verificar que o valor do coeficiente de correlação é de 0,113 (11,3%), com $p\text{-value} = 0,317$. Neste caso, conclui-se que existe uma correlação não significativa pois $p\text{-value} > 0,01$. Assim, rejeita-se H5, dado que as variáveis impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI e impacto dos SI nas políticas reguladores internas não estão directamente relacionadas.

Os resultados para a hipótese H6: "O impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI está relacionado com o impacto dos SI nas políticas reguladores externas", são apresentados na tabela 6.

| <i>Variável</i> | <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>impacto dos SI nas políticas reguladores externas</i> |
|--|--|--|
| <i>impacto da implementação da 8ª Directiva (revista) nos SI</i> | <i>1 (0,000)</i> | |
| <i>impacto dos SI nas políticas reguladores externas</i> | <i>0,263 (0,131)</i> | <i>1 (0,000)</i> |
| Nota: a) <i>p-value</i> entre parênteses | | |

Tabela 6- Correlação de *Spearman* entre as variáveis “*impacto da 8ª Directiva (revista) nos SI*” e “*impacto dos SI nas políticas reguladores externas*”.

Através dos resultados apresentados na tabela 6, pode-se verificar que o valor do coeficiente de correlação é de 0,263 (26,3%), com um *p-value* = 0,131. Conclui-se que a correlação é não significativa pois *p-value* > 0,01. Assim, rejeita-se H6, dado que as variáveis impacto da 8ª Directiva (revista) nos SI e impacto dos SI nas políticas reguladores externas não estão relacionadas.

5 Conclusão

De acordo com a revisão bibliográfica efectuada podemos dizer que os SI estão a evoluir, procurando adaptar-se às crescentes necessidades que as organizações sentem na actualidade. Na medida em que os SI permitam a realização do adequado tratamento dos dados e que possa ser garantida a integridade, a preservação, a credibilidade, a disponibilidade e a confidencialidade da informação organizacional, podem constituir uma vantagem competitiva para as organizações. Dado o desenvolvimento das TI, os SI nelas suportados, constituem adicionalmente um importante instrumento que potencia a capacidade para alcançar as estratégias e políticas definidas pelas organizações.

Face a estas realidades, os SI e as TI, poderão igualmente contribuir para o aumento da qualidade da auditoria, fornecendo informações credíveis o que aumenta a fiabilidade dos relatos financeiros potenciando a confiança dos diferentes *stakeholders* nas organizações. Simultaneamente, podem também proporcionar aos ROC informações que lhes permitam ter maior confiança para a emissão de opiniões sobre as DF.

Não obstante o desenvolvimento das tecnologias e dos SI, têm sucedido, ao longo dos anos, inúmeros escândalos financeiros a nível mundial. Nos EUA os relacionados com a *WorldCom* e com a *Enron*, entre outros, contribuíram para o surgimento da lei SOX. Na Europa, os relacionados com a *Parmalat* (Itália), a *Royal Ahold* (Holanda); a *Altran Technologies* (França); a *Comroad* (Alemanha) e a *Élan* (Irlanda), despertaram atenção da UE, contribuindo para o surgimento da 8ª Directiva (revista). Esta Directiva tem o objectivo de fazer a harmonização da função de revisão legal de contas nos EM e foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 157 no dia 9 de Junho de 2006.

A transposição da 8ª Directiva (revista) para o normativo português foi feita através dos Decretos-Lei n.º 224/2008 e 225/2008 ambos de 20 de Novembro, tendo principalmente impacto sobre as entidades de interesse público, exigindo a criação de um comité de auditoria, entre outros requisitos.

Com o presente trabalho procuramos avaliar os impactos da implementação da 8ª Directiva (revista). Optamos por realizar um estudo empírico no qual consideramos as entidades de interesse público com valores cotados na *Euronext* Lisboa. Na altura em que iniciámos o

estudo eram 50. O estudo envolveu a elaboração de um inquérito e o pedido de resposta às entidades referidas. Apesar de algumas dificuldades, conseguimos obter respostas de 27 (54%) entidades.

As respostas obtidas permitiram concluir que a aplicação da 8ª Directiva (revista) teve impacto nos SI das entidades que responderam ao inquérito, sendo que 71,5% das entidades consideraram que a implementação da 8ª Directiva teve um impacto positivo nos seus SI.

Para testar as hipóteses formuladas, realizou-se o teste não paramétrico (teste de correlação de *Speraman*) para averiguar a existência de associação entre as variáveis ordinais. Foi utilizado este teste visto que a amostra em causa é de pequena dimensão (n=27). Face aos resultados obtidos foram confirmadas as hipóteses H1, H3 e H4 e rejeitadas as hipóteses H2, H5 e H6.

5.1 Proposta de investigação futura

Com base na investigação que realizámos um desenvolvimento possível é o de averiguar se a implementação da 8ª Directiva (revista) acrescentou valor ao negócio.

Um outro desenvolvimento possível consistirá em analisar se os impactos da 8ª Directiva (revista) nos SI contribuem para que as entidades de interesse público, de acordo com o Decreto-Lei 225/2008, consigam uma vantagem competitiva sustentável.

Bibliografia

- Abreu, J. M. C. d. (2010). *Governança das Sociedades Comerciais* (2ª ed.). Coimbra: Edições Almeida, SA.
- Alves, C. (2008). *O Governo das Sociedades*. Cadernos da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários Retrieved 19 de Setembro de 2009, from <http://www.cmvm.pt/nr/rdonlyres/bb3753f5-4c11-44eb-8d2c-b71a179ffa3a/10411/apresentacaocfa19092008.pdf>
- Anand, S. (2007). *Essentials of Sarbanes-Oxley*. New Jersey: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data.
- Ballas, A. e Aleiferis, M. (200-?). IT implications of Regulation. Retrieved 22 de Dezembro de 2008, from <http://sites.google.com/site/drunklord/ITRegulation.pdf>
- Bebiano, A., et al. (2007). *Administração/Fiscalização de Sociedades e Responsabilidade Civil*. Retrieved 20 de Fevereiro de 2008, from <http://www.cgov.pt/CGOV/images/Files/LivroIdaComissaoJuridica%20-%20FINAL.pdf>
- Brad, T. e Scott, D. V. (2007). An empirical examination of CobiT as an internal control framework for information technology. *International Journal of Accounting Information Systems*, 8(4), 240.
- Carneiro, A. (2004). *Auditoria de Sistemas de Informação* (2ª ed.). Lisboa: FCA- Editora de Informática.
- CE – Comissão Europeia . (2004). *Auditoria das contas das empresas: a Comissão propõe uma directiva destinada a lutar contra a fraude e as práticas ilícitas*. Retrieved 23 de Março de 2008, from <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/04/340&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>
- CE - Comissão Europeia. (2006). Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Maio de 2006 relativa á revisão legal das contas anuais e consolidadas, que altera as Directivas 787660/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e que revoga a Directiva 84/253/CEE do conselho. *Jornal Oficial da União Europeia L 157*, 87-107.
- CE - Comissão Europeia. (2007). *Livro Verde sobre o revisor oficial de contas*. Retrieved 24 de Maio de 2009, from http://europa.eu/legislation_summaries/internal_market/businesses/company_law/l26035_pt.htm
- CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. (2007). *Relatório Anual 2007 sobre a Actividade da CMVM e sobre os Mercados de Valores Mobiliários* Retrieved 15 de Fevereiro de 2009, from <http://www.cmvm.pt/CMVM/Publicacoes/Relatorios/Rel2007/Documents/416d92b6664c4d1fa976021e7c499df035.pdf>
- CNSA – Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. (2009). *Respostas às perguntas mais frequentes*. Retrieved 2 de Fevereiro de 2009, from http://www.cnsa.pt/FAQ/faq_interesse.html
- CNSA - Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. (2010a). *Plano de Actividades do CNSA 2010*. Retrieved 24 de Abril de 2010, from http://www.cnsa.pt/o_cnsa/PlanoActividadesCNSA2010.pdf
- CNSA - Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. (2010b). *Relatório Anual de Actividades do CNSA : Exercício de 2009*. Retrieved 26 de Junho de 2010, from http://www.cnsa.pt/o_cnsa/RelAnual2009.pdf
- Costa, C. B. d. (2006). *A Nova Directiva de Auditoria da União Europeia*. Retrieved 14 de Janeiro de 2009, from <http://www.infocontab.com.pt/download/revInfocontab/2006/14/NovaDirectivaAuditoria.pdf>
- Cunha, I. A. (2010). *Ajuda financeira à Grécia ameaça abrir crise sem precedentes na União Europeia* Retrieved 18 de Abril de 2010, from http://economia.publico.pt/Noticia/ajuda-financiera-a-grecia-ameaca-abrir-crise-sem-precedentes-na-uniao-europeia_1428908
- Cunha, V. e Martins, A. (2007). 30 Anos ao Serviço dos Profissionais. *Jornal de Contabilidade APOTE : Uma Visão Económica da Questão do Governo das Empresas*, 367, 312-319.
- Cuong, N. H. (2007). The Need for Legislation Like Sarbanes-Oxley for IT Governance: An Australian Perspective. *Journal Online*, 1-5.

- Dennis, K. B. (2010). The Game: Regulatory 'Fixes' Miss the Mark(et). *Wall Street Journal* Retrieved 18 de Fevereiro de 2010, from <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1973408561&Fmt=7&clientId=23852&RQT=309&VName=PQD>
- Farreca, E. (2006). *Estratégia : da Formulação à Acção* Aplicado a Balanced Scorecard: Edição Pedagogo, Lda.
- Francesco, G. e Henny, S. (2010). Spotlight on Wall St bound to affect industry. *FT.com*.
- Freire, M. (2006). A Revisão da 8ª Directiva. *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*(25).
- Gama, N., et al. (2007). Governação Corporativa de Processos e Sistemas: O novo paradigma no desenvolvimento de Sistemas de Informação. Retrieved 15 de fevereiro de 2009, from <https://fenix.ist.utl.pt/homepage/ist13948/publicacoes>
- Gomes, J. J. M. F. (2005). A Fiscalização Externa das Sociedades Comerciais e a Independência dos Auditores: A Reforma Europeia, a Influência Norte -Americana e a Transposição para o Direito Português. Retrieved 26 de Abril de 2009, from http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/030CMVM.pdf
- Hill, M. M. e Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- IOSCO - International Organization of Securities Commissions. (2009). Transparency of Firms that Audit Public Companies Consultation Report. Retrieved 15 de Fevereiro de 2010, from <http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD302.pdf>
- IPCG – Instituto Português da Corporate Governance. (2009). Conceitos Básicos: Defina-se corporate governance. Retrieved 29 de Abril de 2009, from http://www.cgov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=14
- Joanna, C. (2009). Answers elude victims of Madoff's 'big lie'. *FT.com*.
- John, K. (2010). Regrets? Everyone should have at least a few. *Financial Times* Retrieved 6 de Maio de 2010, from <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1980101821&Fmt=7&clientId=23852&RQT=309&VName=PQD>
- Larson, G. M., et al. (2004). Human Resource Aspects of the Sarbanes-Oxley Act. *Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues*, 7(2).
- McConnell, D., K. , Jr. e Banks, G., Y. . (2003). How Sarbanes-Oxley will change the audit process. *Journal of Accountancy*, 196(3), 49.
- Melanie, R. (2009). The Street Adjusts To Transparency. *Wall Street & Technology*, 27(4), 14.
- Morais, G. e Martins, I. (2007). *Auditoria Interna: função e processo* (3ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.
- Moreira, J. M., et al. (2004). Corporate Governance em Portugal. Retrieved 22 de Março de 2009, from http://www.eben-spain.org/docs/Papeles/XII/Jose_Manuel_Moreira_y_otros.pdf
- OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2008). Eleições para o Triénio 2009-2011: Alterações ao Estatuto da OROC e Criação do CNSA. *Revisores E Auditores* N.º 43.
- OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2009). Alteração ao Código das Sociedades Comerciais Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 Março. . Retrieved 6 de Agosto de 2009, from <http://www.oroc.pt/gca/?id=548>
- Pereira, J. N. (2007). Crescente Relevância dos Sistemas de Controlo Interno e de Governo nas Sociedades Comerciais. *Artigos*, 28, p. 7-18.
- Pestana, M. H. e. e Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Pires, A. I. M. (2008). Impacto da Lei Sarbanes-Oxley no sistema de controlo interno das empresas cotadas nos EUA : o caso português. Unpublished Mestrado em Contabilidade e Auditoria Universidade Aberto / Instituto Superior de Contabilidade e Administração Lisboa

- Rascão, J. P. (2008). *Novos Desafios da Gestão da Informação*. (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Reis, C. (1993). *Planeamento Estratégico de Sistemas de Informação* (1ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Reis, J. V. d. (2008). *Revisão e Auditoria às Contas :intervenções do bastonário*. Coimbra: Ed. Almedina, SA.
- Rezende, D. A. (2005). *Sistemas de informações organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Silva, A. S., et al. (2006). *Livro Branco Sobre Corporate Governance em Portugal*. Retrieved 8 de Dezembro de 2008, from http://www.ecgi.org/codes/documents/libro_bianco_cgov_pt.pdf
- Silva, C. d. M. S. S. d. (2009). *A Importancia da Tecnologia da Informação*. Retrieved 23 de Maio de 2009, from <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-importancia-da-tecnologia-da-informacao/10961/>
- Simmons, M. R. (2009). *Internal Auditing and Fraud Investigation*. Retrieved 7 de Janeiro de 2010, from <http://www.mrsciacfe.cjb.net/>
- Sinnett, W. (2009). Does Internal Control Improve Operations And Prevent Fraud? *Financial Executive*, 25(7), 47.
- Soros, G. (2009). *O novo paradigma dos mercados financeiros : a crise financeira de 2008 e o seu significado* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Stephen, S. e Rodger, J. (2006). Determining Key Factors In E-Government Information System Security. *Information Systems Management*, 23(2), 23.
- Tavares, C. (2006). *Evolução e Alterações no Governo das Sociedades*. Retrieved 12 de Fevereiro de 2009, from <http://www.cmvm.pt/CMVM/A%20CMVM/Conferencias/Intervencoes/Documents/5e384c7863f64e338c58c07626d9b881ApresentacaoEvolucaoAlteracoesGovernodasSociedade.pdf>
- Themistokles, L. e Evaggelos, D. (2008). The missing link to an effective corporate governance system. *Corporate Governance*, 8(1), 73-82.
- Turley, J. S. (2004). Get Ready for the EU's 8th Directive. *Directorship*, 30(6), 18.
- Turner, L. D. e Weickgemannt, A. B. (2009). *Accounting Informayion Systemd : Controls and Processes.*: Don Fowley.
- Van Apeldoorn, B., et al. (2003). *The Transnational Political Economy of Corporate Governance Regulation: A Research Outline*. Amsterdam: Vrije Universiteit, Working Papers Political Science, 5.
- Zimmerman, J. (2009). Deducting Losses for Defrauded Investors. *The Tax Adviser*, 40(7), 442.

Anexo I

Caro Respondente,

Convidamo-lo a participar neste inquérito, sobre o Impacto da Directiva 2006/43/CE nos Sistemas de Informação Organizacionais, integrado num trabalho de investigação realizado no âmbito do Mestrado em Contabilidade - Ramo de Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA).

O inquérito é anónimo e exige da sua parte aproximadamente 10 minutos de atenção.

A sua colaboração é fundamental, pelo que agradecemos desde já a disponibilidade concedida. Responda, assinalando com um X a melhor opção, considerando as seguintes opções de escolha: S - Sim; N - Não; S/O - Sem opinião; N/A - Não aplicável; 1- muito fraco; 2 - fraco; 3 - satisfatório; 4 - bom; 5 - muito bom.

Muito obrigado,

Ivanilde Reis

INQUÉRITO

Parte I - Enquadramento da Organização

1 Qual a sua função na organização?

- Director Financeiro
- Director Informático
- Outra

| |
|--|
| |
| |
| |

2 Qual o sector de actividade em que a organização se enquadra?

- Sector primário
- Sector secundário
- Sector terciário

| |
|--|
| |
| |
| |

3 Há quantos anos a organização exerce a sua actividade?

- Menos de 10 anos
- Entre 10 e 20 anos
- Entre 20 e 40 anos
- Mais de 40 anos

| |
|--|
| |
| |
| |
| |

4 Quantos trabalhadores tem a organização?

- Menos de 50 trabalhadores
- Entre 50 e 100 trabalhadores
- Entre 100 e 500 trabalhadores
- Mais de 500 trabalhadores

| |
|--|
| |
| |
| |
| |

Parte II - Os Sistemas de Informação (SI) e a Organização

- 5 Qual a importância dos SI na avaliação do desempenho da organização?
- 6 Como classifica os SI relativamente à obtenção de indicadores de apoio à gestão nos diversos níveis da organização ?
- 7 Como avalia o contributo dos SI para o desempenho da organização, em contexto de crise?
- 8 Como considera que os SI contribuem para a eficiência global da organização?
- 9 Qual o impacto nos SI:
- Das políticas reguladoras internas?
 - Das políticas reguladoras externas?
- 10 Existe um plano de formação profissional relativamente aos utilizadores das tecnologias de informação?
- Se sim, como avalia a sua importância no desempenho dos SI da organização?
- 11 A organização dispõe de um departamento responsável pelas tecnologias e SI?
- 12 A organização recorre a "outsourcing" na área de tecnologias e SI?
- 13 A organização dispõe do Planeamento Estratégico de SI, devidamente elaborado e actualizado?
- 14 Qual a avaliação que os utilizadores fazem dos SI utilizados na organização?
- 15 A organização possui um sistema de controlo interno para os SI?

| | | | | | | |
|-----|-----|---|---|---|---|---|
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

| | | | | | | |
|-----|-----|---|---|---|---|---|
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S | N | | | | | |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S | N | | | | | |

Parte III - Implementação da Directiva 2006/43/CE

- 16 Qual o grau de implementação da Directiva 2006/43/CE na organização?
- 17 Qual o impacto da implementação da Directiva 2006/43/CE nos SI?
- 18 A implementação da Directiva 2006/43/CE provocou alterações no fluxo de documentação da organização?
- 19 A implementação da Directiva 2006/43/CE provocou alterações no sistema de controlo interno?
- Se sim, qual o grau dessas alterações?
 - Essas alterações estão ou foram devidamente registadas e documentadas?
- 20 Como avalia o custo associado à implementação da Directiva 2006/43/CE?
- 21 Caso iniciasse hoje a implementação da Directiva 2006/43/CE, procederia da mesma forma?
- 22 Caso iniciasse hoje a implementação da Directiva 2006/43/CE, poderia reduzir alguns custos?
- 23 A organização implementou a Directiva 2006/43/CE com recurso a "outsourcing"?
- 24 Durante a fase de implementação da Directiva 2006/43/CE considerou a necessidade de rever totalmente o SI?
- 25 Foi necessário desenvolver mecanismos de controlo interno para responder aos requisitos da Directiva 2006/43/CE?
- 26 A implementação da Directiva 2006/43/CE tornou os SI mais fiáveis?
- 27 Está formalmente definida uma política de adequação dos SI à Directiva 2006/43/CE?

| | | | | | | |
|-----|-----|---|---|---|---|---|
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S | N | | | | | |
| S/O | N/A | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |
| S | N | | | | | |

FIM DO INQUÉRITO